DE ORÇAMENTOS À AÇÃO:
UM CONJUNTO DE FERRAMENTAS DE MONITORIZAÇÃO LIDERADO



Pela comunidade para o financiamento da prevenção, preparação e resposta a pandemias (PPPR)

Metodologia

Este kit de ferramentas foi elaborado com base numa revisão documental realizada pela Aliança Africana com o contributo da EANNASO. Baseia-se também nas perspetivas e reflexões partilhados pelos seguintes especialistas:

1. **James Mwangi (Oficial do programa, PAWA Initiative, Kenya)**
2. **Jane Mbughi (Economista Principal, Ministério das Finanças, Malawi)**
3. **Kennedy Otundo (Diretor Executivo da Rede de Organizações de Serviços de Luta contra a SIDA do Uganda)**
4. **Mwansa Chibamba (Economista e Especialista em Financiamento do Desenvolvimento, Zâmbia)**
5. **Donald D Tobaiwa (Diretor Executivo, Jointed Hands Welfare Organization, Zimbabwe)**

Observações e limitações:

Um dos maiores obstáculos ao realizar um rastreamento de orçamento e despesas é obter os dados. Vários dos nossos principais informantes entrevistados alertaram para o fato de as informações de orçamento e as despesas nem sempre serem públicas ou facilmente acessíveis e, mesmo quando o são, podem estar incompletas, desatualizadas ou dispersas por diversas fontes difíceis de encontrar. Os documentos de orçamento também podem ser extremamente complexos de analisar.

O objetivo deste kit de ferramentas não é produzir um relatório de auditoria final e definitivo. **O seu principal objetivo é fornecer à sua organização um ponto de partida para realizar as campanhas de defesa do orçamento.** A análise sugerida visa resultar em declarações baseadas em evidências que possam impulsionar uma campanha de advocacia. Não precisa que todos os números sejam perfeitos para transmitir uma mensagem forte. O que precisa são tendências e padrões que contem uma história. A análise permitir-lhe-á fazer afirmações de alto nível, como "a nossa análise sugere que o orçamento atual da PPPR é insuficiente e é necessário um valor X adicional para apoiar totalmente a preparação e a resiliência à pandemia no nosso país".

Implementação do orçamento de PPPR e das despesas de CLM em ambientes com recursos limitados

A implementação de um programa de monitoria em grande escala, liderado pela comunidade, orçamento e rastreamento das despesas da PPPR exigiria capacidade e recursos significativos. Salientando que muito poucas organizações da sociedade civil terão provavelmente um financiamento específico para este tipo de trabalho, propomos que, sempre que possível, o kit de ferramentas seja utilizado como complemento aos esforços de advocacia existentes. Além disso, os componentes do kit de ferramentas que exigem recursos mínimos podem ser utilizados em detrimento de outros, por exemplo, para realizar uma análise rápida e de alto nível antes de um discurso sobre o orçamento, a fim de servir de base para a defesa de alto nível. A análise pode não ser 100% abrangente, mas serve como um ponto de partida para o diálogo. Para organizações com algum financiamento ou voluntários dedicados, as visitas básicas de campo para verificar as alegações podem gerar análises mais robustas. Este modelo, em camadas, capacita qualquer organização para começar a monitorizar os orçamentos da pandemia, independentemente da sua situação financeira atual, e para ampliar os seus esforços ao longo do tempo.

This resource was developed with support from the Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria under the Centrally Managed Limited Investment (CMLI) on Communities in Pandemic Preparedness and Response (COPPER) through Community-led Monitoring (CLM).

September, 2025

CONTEÚDO



Contexto 1

Introdução: capacitar as comunidades para rastrear os fundos da PPPR 2

O défice de responsabilização 2

A solução de monitorização liderada pela comunidade (CLM) 2

Parte 0: Estabelecer as bases 4

Chapter 0.1: O primeiro passo - Sensibilização da comunidade 4

Chapter 0.2: Construir legitimidade para o seu trabalho 6

Alinhamento e integração 6

Construir a apropriação doméstica 7

Parte I: Compreender os orçamentos da PPPR 8

Chapter 1.1: O orçamento Nacional 8

Explicação da terminologia chave 9

O ciclo de orçamento 10

Chapter 1.2: Aceder a informações de orçamentos 13

Chapter 1.3: Encontrar fundos e orçamentos para PPPR 14

Chapter 1.4: Como analisar o orçamento 16

Parte II: O rastreador de orçamento da PPPR 18

Chapter 2.1: Apresentando o modelo de rastreador de orçamento 18

Chapter 2.2: Um guia passo a passo para preencher o rastreador 19

Chapter 2.3: Dos dados ao painel 20

Parte III: O rastreador de despesas da PPPR 22

Chapter 3.1: Porquê monitorizar as despesas? Da promessa à realidade 23

Chapter 3.2: Métodos de monitorização de despesas baseados na comunidade 23

Parte IV: Advocacia de orçamento eficaz 26

Chapter 4.1: Construir a sua estratégia de sensibilização 27

Chapter 4.2: O kit de ferramentas para ação de advocacia 28

Chapter 4.3: Fechar o ciclo - exigindo pareceres e ação 29

Conclusão: Da evidência ao impacto 31

Anexo 1: Relatório de orçamento da PPPR **32**

Anexo 2: Ferramenta de rastreamento do orçamento da PPPR **37**

Anexo 3: Exemplo de um formulário de rastreamento de Despesas da PPPR **38**

Anexo 4: Exemplo - Apenas para fins ilustrativos **39**

Anexo 5: Exemplo - Apenas para fins ilustrativos **41**

Anexo 6: Kit de redes sociais **42**

Anexo 7: Modelo de carta ao membro do parlamento **43**

Anexo 8: Useful Resources **44**

Anexo 9: Termos e conceitos-chave **45**

CONTEXTO



O orçamento para pandemias é menos um registo contabilístico de números do que um mapa da nossa vontade coletiva de nos prepararmos, prevenirmos e respondermos ao próximo surto. No cerne da questão está um paradoxo: as comunidades que tentam monitorizar cada dólar utilizado em PPE, melhorias em laboratórios ou exercícios de formação veem-se muitas vezes à deriva nas folhas de cálculo, separadas das próprias estratégias que estas linhas deveriam fortalecer. Para utilizar os dados de orçamento como uma ferramenta de responsabilização, em vez de uma relíquia contabilística, os monitores comunitários precisam primeiro de compreender a arquitetura da preparação, prevenção e resposta a pandemias (PPPR).

O rastreamento das despesas como exercício de simulação ou estudos de caso, sem uma visão clara da frequência e do âmbito da pandemia, reduz a supervisão financeira a um exercício de verificação dos requisitos. Um especialista em PPPR sabe que os exercícios devem ser intensificados em intervalos regulares e que precisam de testar uma variedade de cenários, desde a disseminação zoonótica até à disseminação urbana ou rural. Cada ensaio exige recursos calibrados para a capacidade do sistema de saúde local. Fazer o rastreamento dos orçamentos sem compreender esta dinâmica arrisca-se confundir workshops esporádicos com uma preparação robusta.

Nunca devemos subestimar a capacidade das comunidades para aprender e se adaptar. Quando se recebe a orientação correta, os defensores comunitários têm demonstrado repetidamente uma ânsia por conhecimentos especializados que se traduz em impacto no mundo real. A fusão da supervisão fiscal com a perceção da PPPR capacita os cidadãos para se tornarem verdadeiros administradores da segurança sanitária.

Rastrear orçamentos torna-se mais do que um registo; torna-se evidência para exigir um planeamento regular e baseado em cenários. A monitorização das despesas com a modernização dos laboratórios pode ajudar as comunidades a insistir e a defender a diversificação da capacidade de teste em todas as regiões, e não apenas nas capitais. E rastrear os pedidos de PPE com um olhar atento aos dados epidemiológicos permite às comunidades identificar quando os governos estão a acumular as provisões por pânico ou, pior, estão a deixar as provisões a reduzirem drasticamente.

Este kit de ferramentas não serve apenas para contabilizar o dinheiro, mas para avaliar se esse dinheiro está a ser despesa da melhor forma possível e se está a salvar vidas. Afinal, a transparência não é um fim em si. É um meio de tornar o financiamento da saúde pública responsivo, eficiente e baseado em evidências. À medida que as comunidades de todo o mundo se preparam para o próximo surto, equipá-las com ferramentas de supervisão financeira e conhecimentos da PPPR será indispensável.

INTRODUÇÃO:

CAPACITAR AS COMUNIDADES PARA RASTREAR OS FUNDOS DA PPPR PARA UM MUNDO MAIS SEGURO



A comunidade global aprendeu uma lição difícil: as pandemias representam uma ameaça existencial para a saúde, economias e a estabilidade social. Em resposta, os governos foram convocados para mobilizar financiamento interno sustentado para a Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR). O orçamento de um governo é a sua ferramenta mais poderosa para transformar compromissos políticos em ações tangíveis. É o principal instrumento para satisfazer as necessidades da sua população, sobretudo daqueles mais vulneráveis. Portanto, compreender quanto financiamento é alocado para PPPR, para onde vai e se é despesa de forma eficaz não é meramente um exercício técnico; é uma componente fundamental para garantir a segurança da saúde global.

O défice de responsabilização

Apesar da clara necessidade de financiamento robusto da PPPR, persiste uma lacuna significativa de responsabilização. Os sistemas de monitorização da preparação para a pandemia e os fluxos financeiros que a sustentam são frequentemente fragmentados, não têm transparência ou são insuficientemente independentes. Isto cria lacunas perigosas. Os estudos e entrevistas com peritos no local revelaram um desafio quase universal: apesar de muitos países terem desenvolvido Planos de Ação Nacionais para a Segurança Sanitária (NAPHS) orçamentados, o financiamento da PPPR raramente é uma linha distinta e visível nos orçamentos nacionais. Em vez disso, está inserido em programas de saúde abrangentes, distribuídos por vários ministérios ou financiados por canais de doadores fora do orçamento, tornando extremamente difícil para os cidadãos e para a sociedade civil rastrear as alocações e as despesas. Esta falta de transparência significa que muitas vezes não sabemos se os países estão realmente prontos para responder à próxima ameaça.

A solução de monitorização liderada pela comunidade (CLM)

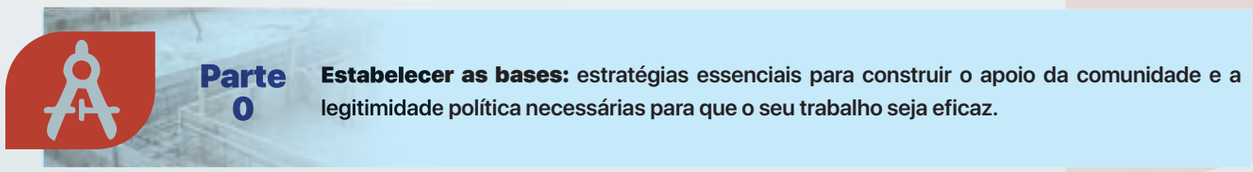
Este conjunto de ferramentas baseia-se no princípio de que as comunidades não são recetoras passivas de ajuda, mas sim atores essenciais na construção de sistemas de saúde resilientes. A monitorização liderada pela comunidade (CLM) é uma abordagem poderosa que pode colmatar a lacuna de responsabilização deixada pelos sistemas oficiais fragmentados. Ao capacitar as organizações locais para monitorizar os fluxos financeiros e a prestação de serviços no local, o CLM reforça a vigilância comunitária, melhora a integração de dados locais e cultiva a confiança vital durante uma crise de saúde. O objetivo final deste trabalho é transferir o poder para as comunidades, garantindo que os recursos de preparação para as pandemias chegam às clínicas, aos profissionais de saúde e às famílias que mais necessitam.

Como utilizar este kit de ferramentas

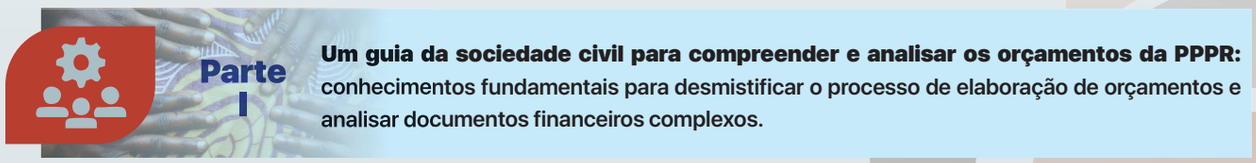
Este recurso foi concebido como um guia prático e orientado para guiar a sua organização da sociedade civil (OSC) ou organização de implementação liderada pela comunidade. Não tenciona ser um relatório de auditoria definitivo. O seu principal objetivo é fornecer às organizações uma base para a advocacia de orçamento. Por outras palavras, a análise destina-se a ajudá-lo a descobrir perspetivas baseadas em evidências que podem ser usadas para apoiar os seus esforços de advocacia. Não se preocupe em acertar em todos os números. O verdadeiro poder reside na identificação de tendências e padrões que revelem uma história poderosa.

O kit de ferramentas está estruturado para ser utilizado como um ciclo contínuo, partindo da compreensão do sistema para a utilização de evidências para gerar mudança. No entanto, os vários componentes deste kit de ferramentas podem ser utilizados de forma independente. Por exemplo, pode realizar uma análise rápida e de alto nível antes de um discurso sobre o orçamento, comparando um orçamento aproximado da PPPR com um orçamento de defesa. Embora esta análise possa não ser 100% abrangente, pode fornecer um ponto de partida crucial para o diálogo e a defesa de alto nível. Os esforços podem ser alargados ao longo do tempo para incluir outros componentes e realizar análises mais robustas.

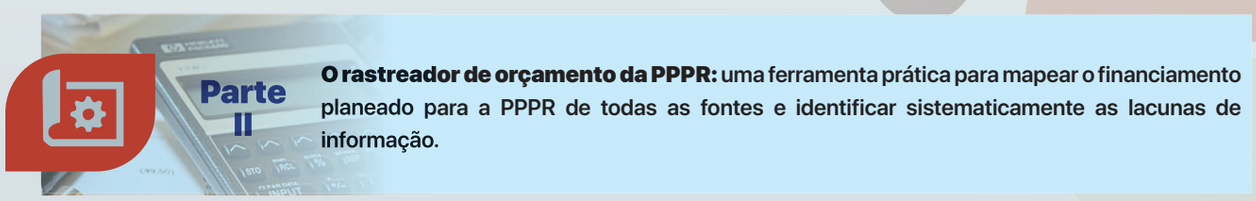
As quatro partes inter-relacionadas desta ferramenta são:



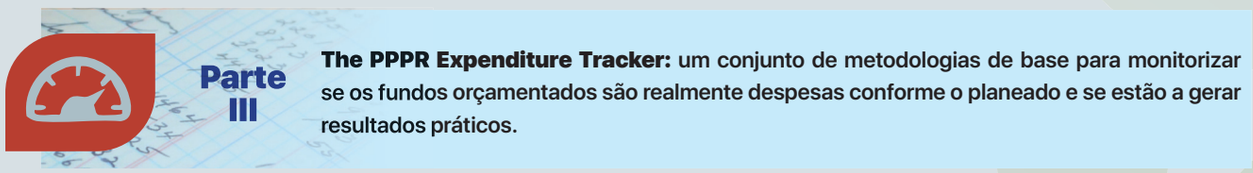
Parte 0 — **Estabelecer as bases:** estratégias essenciais para construir o apoio da comunidade e a legitimidade política necessárias para que o seu trabalho seja eficaz.



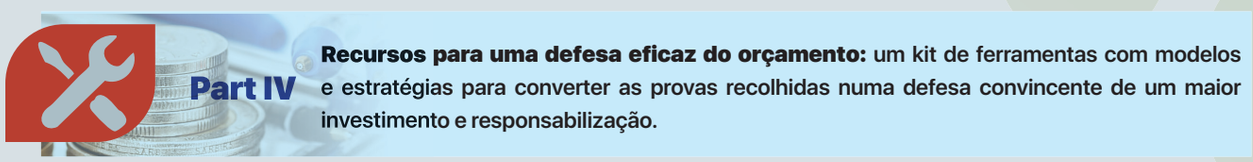
Parte I — **Um guia da sociedade civil para compreender e analisar os orçamentos da PPPR:** conhecimentos fundamentais para desmistificar o processo de elaboração de orçamentos e analisar documentos financeiros complexos.



Parte II — **O rastreador de orçamento da PPPR:** uma ferramenta prática para mapear o financiamento planeado para a PPPR de todas as fontes e identificar sistematicamente as lacunas de informação.



Parte III — **The PPPR Expenditure Tracker:** um conjunto de metodologias de base para monitorizar se os fundos orçamentados são realmente despesas conforme o planeado e se estão a gerar resultados práticos.



Part IV — **Recursos para uma defesa eficaz do orçamento:** um kit de ferramentas com modelos e estratégias para converter as provas recolhidas numa defesa convincente de um maior investimento e responsabilização.

Ao combinar transparência financeira, rastreio de recursos em tempo real e advocacia popular, este kit de ferramentas visa equipar as comunidades com os meios para redefinir a responsabilidade e construir um mundo mais seguro e preparado.

PARTE 0



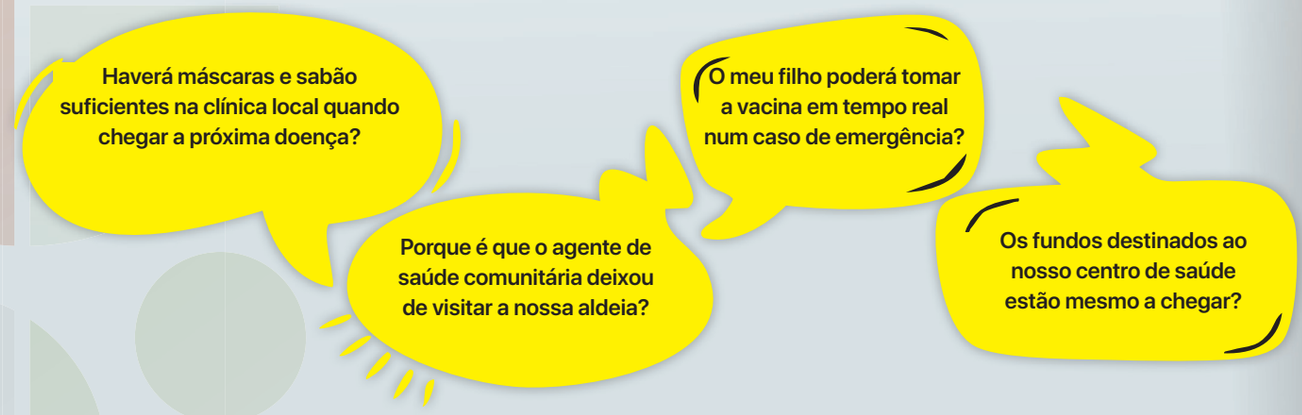
ESTABELECER AS BASES:

CONSTRUIR LEGITIMIDADE E MOBILIZAR PARA A AÇÃO

A experiência em vários países revela uma lição crucial: ferramentas e metodologias de monitorização tecnicamente sólidas estão condenadas ao fracasso se não forem construídas sobre uma base social e política sólida. Antes que os recursos financeiros possam ser rastreados, é necessário abordar dois pré-requisitos fundamentais. Em primeiro lugar, a própria comunidade deve compreender porque é que o financiamento da PPPR é importante para a sua vida quotidiana. Em segundo lugar, a iniciativa de monitorização deve estabelecer a sua credibilidade e legitimidade aos olhos das autoridades governamentais e de outras partes interessadas. Em alguns contextos, o governo pode descartar ativamente os dados gerados pelas OSC se a metodologia não for percebida como fiável ou não tiver sido oficialmente sancionada. Noutros, o tema da monitorização de orçamento pode simplesmente não captar o interesse das comunidades preocupadas com questões mais imediatas. Portanto, esta fase inicial de sensibilização e construção de legitimidade não é uma etapa preliminar, mas um requisito fundamental para qualquer trabalho impactante de CLM.

Chapter 0.1: O primeiro passo - Sensibilização da comunidade

O termo "Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias" pode parecer abstrato e distante para muitas pessoas. A primeira tarefa de uma iniciativa de Gestão de Riscos de Pandemia (CLM) é traduzir este conceito técnico em termos tangíveis e relacionáveis que ressoem com as prioridades da comunidade. A sensibilização eficaz no contexto da PPPR CLM consiste em ligar os planos, políticas e orçamentos nacionais da PPPR à clínica local e a responder às questões que importam às famílias:



Nota: Alguns países adotaram planos e/ou orçamentos nacionais de preparação para pandemias. Se o seu país adotou um plano de preparação para pandemias ou recebeu financiamento (por exemplo, do fundo de pandemia) para atividades específicas de preparação para pandemias, será importante compreender se as atividades planeadas da PPPR estão segundo as prioridades da comunidade e foram orçamentadas adequadamente.

Para mobilizar a comunidade, pode empregar estratégias simples, mas eficazes. Isto inclui a organização de reuniões comunitárias com agendas claras e acessíveis, focadas nos serviços de saúde locais, em vez de um complexo jargão de orçamento. Envolver líderes locais de confiança, como figuras religiosas ou anciãos da comunidade, pode conferir um peso e credibilidade significativos à iniciativa. Campanhas simples de sensibilização podem também ser uma forma de baixo custo e alto impacto de gerar discussão e interesse. O objetivo é construir um entendimento partilhado de que "seguir o dinheiro" está diretamente ligado a uma melhor saúde e bem-estar para toda a comunidade.



PARA MOBILIZAR A COMUNIDADE, PODE EMPREGAR ESTRATÉGIAS SIMPLES, MAS EFICAZES.

Chapter 0.2: Construir legitimidade para o seu trabalho

Uma ferramenta de CLM será inútil se os seus resultados forem desacreditados pelas próprias autoridades que procura influenciar. Em ambientes políticos com um elevado grau de ceticismo ou hostilidade relativamente aos dados da sociedade civil, a obtenção da adesão do governo desde o início é inegociável. A barreira mais significativa pode ser a tendência do governo para rejeitar os relatórios das OSC e da comunidade sob a alegação de que a metodologia não tem qualidade, autenticidade ou aprovação oficial. Neste contexto, a estratégia mais eficaz é envolver proactivamente o departamento de Informação de Gestão em Saúde do Ministério da Saúde ou outros organismos governamentais relevantes antes do início de qualquer recolha de dados. O processo envolve::

1. **'Design' conceptual:** recolha de perspetivas de autoridades governamentais e outras partes interessadas do setor público para informar a conceção das ferramentas e da metodologia.
2. Elaborar um rascunho das ferramentas e metodologia de monitorização.
3. Apresentar formalmente estes rascunhos aos funcionários governamentais relevantes para obter as suas contribuições técnicas e pareceres.
4. Incorporar as suas sugestões sempre que possível e trabalhando de forma colaborativa para alcançar a finalização de uma metodologia.
5. Procurar uma carta formal de aprovação ou memorando de entendimento que valide a ferramenta e o processo.

Embora este processo possa exigir concessões, trata-se de um investimento pragmático. Ao tornar o governo um parceiro na conceção da metodologia, torna-se politicamente difícil para ele desacreditar os resultados mais tarde.

Este ato de cooptação pode ser o passo mais crítico para garantir que os dados sejam aceites e aplicados.

Alinhamento e integração

Em contextos em que o desafio é menos que sobre a hostilidade política e mais sobre a complexidade técnica e lacunas sistémicas, o caminho para a legitimidade reside no alinhamento. As autoridades governamentais são mais propensas a considerar dados relevantes para os seus próprios processos que falam a sua língua. Isto envolve:

1. **Compreender os processos e o calendário de elaboração do orçamento do governo:** as OSC devem mapear os ciclos de orçamento e de planeamento nacionais e subnacionais. Alinhar a divulgação dos relatórios do CLM com os principais momentos do calendário governamental, como, por exemplo, quando os orçamentos estão a ser formulados ou revistos, torna a informação mais oportuna e útil.
2. **Alinhamento com as estruturas de relatórios:** sempre que possível, os mecanismos de CLM devem ser estruturados para complementar as estruturas de relatórios e orçamentos governamentais existentes, como o documento de perspetivas de orçamento e os sistemas de informação de gestão da saúde, embora seja importante notar que estes últimos contêm geralmente informação sobre a saúde e não sobre o orçamento.
3. **Utilizando terminologia oficial:** A língua é uma questão política. A utilização de terminologia aceite pelo governo (por exemplo, "populações prioritárias" em vez de "populações-chave") pode evitar que a mensagem seja descartada por questões semânticas..

Esta estratégia posiciona a sua iniciativa de CLM não como uma crítica externa, mas como um parceiro construtivo que fornece informações valiosas e em tempo real que ajudam o governo a alcançar os seus próprios objetivos declarados..

Construir a apropriação doméstica

Em alguns países, a legitimidade de uma iniciativa de Gestão do Risco Climático (CLM) pode ser prejudicada se for percebida como impulsionada pelos doadores estrangeiros e não pelas prioridades locais. Para construir uma autêntica apropriação nacional, as OSC devem:

- **Construir coligações amplas:** uma única OSC pode ser facilmente descartada, mas uma ampla coligação de OSC locais, organizações religiosas e grupos comunitários representa uma voz mais forte, unificada e inegavelmente nacional. Se quiser saber mais sobre como construir uma coligação, existem alguns recursos úteis 'online' e pode consultar aqui activisthandbook.org. Pode também contactar organizações e OSC que estejam a trabalhar na preparação para pandemias, como, por exemplo, OSC listadas em propostas de países submetidas ao fundo de pandemia e/ou OSC que trabalhem na preparação para pandemias.
- **Enquadrar a questão nacionalmente:** conectar as conclusões do CLM aos planos nacionais de desenvolvimento, aos direitos constitucionais e aos próprios compromissos do governo. Isto enquadra a defesa não como uma exigência dos doadores, mas como um apelo para que o governo cumpra as suas próprias promessas para com os seus cidadãos.



PARTE I



COMPREENDER OS ORÇAMENTOS DA PPPR

O processo de elaboração do orçamento público é frequentemente percebido como um domínio, técnico e opaco, apenas acessível aos economistas e aos membros do governo. Esta perceção cria uma grande barreira à responsabilização. Para capacitar as comunidades para "rastrear o dinheiro", é necessário primeiro desmistificar o próprio orçamento. Esta secção serve como um guia de literacia fundamental, fornecendo os conceitos, a terminologia e as estruturas analíticas essenciais de que as OSC necessitam para navegar no mundo das finanças públicas. Aborda diretamente os principais desafios identificados na área: a necessidade de desenvolver a capacidade das OSC na política e análise de orçamento e a dificuldade de encontrar fundos da PPPR ocultos em documentos de orçamento complexos e opacos.[1]

Chapter 1.1: O orçamento Nacional

Na sua essência, um orçamento governamental é um documento político. Traduz as políticas, os compromissos políticos e os objetivos de um governo em decisões sobre como angariar dinheiro (ingressos) e como gastá-lo (despesas). É a expressão mais poderosa das verdadeiras prioridades de um governo.



IMAGE: Rwandan Finance Minister Yusuf Murangwa presents the 2025-26 national budget before parliament. The government allocated over 8% of the budget to environmental protection and climate change.

Credit: The New Times, Rwanda

Explicação da terminologia chave



Navegar pelos documentos de orçamento exige um conhecimento básico dos termos-chave. Eis alguns dos mais comuns, explicados em linguagem simples:

1. **Alocação ou apropriação:** O montante de dinheiro autorizado pelo legislativo para um fim ou programa específico. Esta é a despesa planeada.
2. **Despesas:** O valor efetivamente despendido. Uma parte fundamental da monitorização de orçamento é comparar a alocação com as despesas.
3. **Ingressos:** O rendimento que um governo recebe, principalmente de impostos, mas também de taxas, subsídios e outras fontes.
4. **Ano fiscal:** O período contabilístico de 12 meses do governo. Este não coincide necessariamente com o ano civil.
5. **Défice ou excedente de orçamento:** um défice ocorre quando as despesas de um governo excedem as suas receitas. Um excedente ocorre quando as receitas excedem as despesas.
6. **Despesas discricionárias:** despesas determinadas por dotações anuais. A maioria dos programas de saúde, incluindo a PPPR, enquadra-se nesta categoria.
7. **Despesas obrigatórias ou de direito:** despesas exigidas pela legislação em vigor, como pensões ou juros de dívidas. Estas despesas não são determinadas pelo processo de orçamento anual.

Uma lista mais longa de termos e conceitos-chave está também incluída no **Anexo 9**.

O ciclo de orçamento

O processo de orçamento não é um evento único, mas sim um ciclo de um ano, normalmente composto por quatro etapas. Compreender este ciclo é crucial, pois revela diferentes oportunidades e pontos de entrada para a sociedade civil se envolver e influenciar decisões.



ETAPA 1 — **Formulação**

ETAPA 2 — **Promulgação ou aprovação do orçament**

ETAPA 3 — **Execução**

ETAPA 4 — **Supervisão e auditorias**

ETAPA 1 — FORMULAÇÃO

É aqui que se faz a conceção do orçamento. O poder executivo do governo (liderado pelo Ministério das Finanças) desenvolve a proposta de orçamento. Esta etapa envolve a tradução dos objetivos políticos gerais em metas financeiras e a negociação de alocações entre vários ministérios e departamentos. Esta etapa ocorre geralmente fora dos olhos do público, mas por vezes é onde são tomadas as decisões-chave.

- **Pontos de entrada para o envolvimento das OSC** nesta fase do ciclo de orçamento, poderá ser necessário analisar as declarações pré-orçamento e fornecer informações sobre as necessidades da comunidade antes da finalização do orçamento. Pode também organizar fóruns comunitários para recolher informações sobre as prioridades da PPPR e preparar uma proposta de orçamento liderada pela comunidade. Pode também rastrear quaisquer declarações feitas por líderes políticos em relação a PPPR e responsabilizá-los pelo que prometeram..

ETAPA 2 — PROMULGAÇÃO OU APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO

O executivo submete a sua proposta de orçamento ao legislativo (parlamento ou congresso) para debate, emendas e aprovação. Esta etapa é normalmente mais pública, com audiências membro do parlamento e cobertura mediática.

- **Pontos de entrada para o envolvimento das OSC** nesta fase do ciclo de orçamento, as OSC fornecem geralmente análises independentes da proposta de orçamento aos legisladores, aos meios de comunicação social e ao público, e defendem alterações específicas e a inclusão de linhas de orçamento específicas. Pode realizar audiências comunitárias, nas quais os membros da comunidade testemunham diretamente às comissões membro do parlamento sobre os impactos locais das dotações de orçamento propostas.s.

ETAPA 3 — EXECUÇÃO

Após a aprovação do orçamento, seja pelo Parlamento ou pelo Congresso, dependendo do sistema político, e aprovada e promulgada pelo presidente, o governo irá implementá-la. Os ministérios e as agências começam a gastar os recursos alocados na prestação de serviços públicos. Esta é a etapa mais longa do ciclo.

- **Pontos de entrada para o envolvimento das OSC** nesta fase do ciclo de orçamento, o foco é geralmente a monitorização das despesas para garantir que os fundos sejam utilizados para o fim pretendido, não sofram atrasos e não se percam em furtos ou ineficiências. É aqui que o rastreamento das despesas se torna crucial.

ETAPA 4 — SUPERVISÃO E AUDITORIAS

findo o ano fiscal, o governo presta contas das suas despesas. As suas contas serão auditadas para verificar se os fundos foram geridos adequadamente. O legislador analisa, então, esses relatórios de auditoria.

- **Pontos de entrada para o envolvimento das OSC** nesta fase do ciclo de orçamento, as OSC podem utilizar estes relatórios oficiais de auditoria para responsabilizar o governo pelo desempenho passado. Também pode utilizar estes relatórios de auditoria para fundamentar a defesa de direitos para o próximo ciclo de orçamento. Pode também conduzir a sua própria miniauditoria ou auditoria paralela, em colaboração com jornalistas ou economistas. Esta seria uma versão reduzida de uma auditoria oficial, que poderia incidir sobre uma única linha de orçamento ou mesmo sobre um único 'item' tangível, como o número de doses de vacina recebidas em comparação com o número registado nos relatórios oficiais.

CASO DE SUCESSO: SUGESTÕES PARA TREVOR

A campanha "Sugestões para o Trevor" foi uma iniciativa pioneira de participação pública na África do Sul, que convidava os cidadãos a enviar sugestões de orçamento diretamente ao Ministro das Finanças, antes do Discurso de orçamento anual. A campanha foi lançada em 2002, quando o Ministro das Finanças, Trevor Manuel, convidou os cidadãos a enviarem-lhe as suas sugestões de Orçamento do Estado diretamente num programa de rádio. Apoiada pelos seus sucessores, a campanha tornou-se um mecanismo fiável e liderado pela comunidade para divulgar as principais prioridades de orçamento do público. Ganhou ampla atenção através da divulgação nos meios de comunicação social e de reconhecimentos oficiais, com algumas sugestões a influenciar decisões políticas reais e alguns grupos a reconhecer que, embora a intervenção fosse interessante, poderia arriscar ser tratada como uma campanha de relações-públicas para "engajamento" e não substituir uma plataforma para as comunidades afirmarem os seus direitos e exigirem responsabilização. Este modelo demonstrou como o envolvimento público estruturado pode potencialmente reforçar a transparência, a capacidade de resposta e a inclusão nos processos de orçamento nacionais.

Um exemplo notável de como a campanha influenciou as políticas públicas foi a incorporação de sugestões públicas relacionadas com o emprego e o desenvolvimento de competências para os jovens. Várias propostas exigiram investimentos governamentais direcionados para programas de formação para jovens e iniciativas de criação de emprego. Em resposta, os discursos de orçamento subsequentes incluíram o aumento de verbas para iniciativas como o Programa Expandido de Obras Públicas e o apoio a programas de aprendizagem através das SETA (Autoridades Sectoriais de Educação e Formação). Estas alterações refletiram uma ligação direta entre a contribuição dos cidadãos e as decisões de orçamento, reforçando o papel da campanha como uma ferramenta eficaz para a governação participativa e a capacidade de resposta às políticas.





Iniciativa de Justiça em Saúde Vs Ministro da Saúde e Oficial de Informação, Departamento de Saúde

Em 2022, a Health Justice Initiative (HJI) na África do Sul solicitou formalmente a divulgação de informações relacionadas com os contratos da Covid-19 ao Departamento Nacional de Saúde (NDoH). Quando o pedido foi recusado, a HJI iniciou um processo judicial no Tribunal Superior. Em agosto de 2023, o Tribunal Superior decidiu a favor da HJI, obrigando o NDoH a fornecer acesso a todos os contratos de aquisição de vacinas contra a Covid-19, enfatizando a importância da prestação de contas e da transparência em matéria de saúde pública. O Tribunal concluiu ainda que o NDoH não podia utilizar cláusulas de confidencialidade para se eximir das suas responsabilidades para com o público. A decisão salientou que as considerações de interesse público devem prevalecer sobre a confidencialidade privada em questões que envolvam a saúde pública.

Chapter 1.2: Aceder a informações de orçamentos

Uma análise de orçamento eficaz é impossível sem acesso à informação. Embora muitos governos estejam a tornar-se mais transparentes, o acesso a documentos de orçamento oportunos e abrangentes pode ainda ser um grande desafio.

a. **Onde procurar:** documentos de orçamento importantes, como a Proposta de Orçamento do Executivo, o orçamento Promulgado (a versão final aprovada) e os relatórios de despesas anuais, são frequentemente publicados no sítio da Internet do Ministério das Finanças ou do parlamento nacional. Em alguns países, o "orçamento dos cidadãos", pode também estar disponível para ser mais acessível ao público. Embora a informação atual seja crucial, a informação referente a anos anteriores também pode ser muito útil, por exemplo, para poder avaliar se as despesas estão a aumentar ou a diminuir. Sempre que possível, seria muito valioso recolher informação dos 3 anos anteriorese.

b. **Quando a informação não está disponível:** em alguns casos, os documentos de orçamento podem não ter sido publicados, estarem desatualizados ou estarem apenas disponíveis em formatos difíceis de analisar (por exemplo, PDF digitalizados em vez de ficheiros de dados). Perante estas dificuldades, existem várias opções:



1. **Formar uma coligação:**

estabeleça parcerias com outras OSC, jornalistas e académicos para fazerem uma exigência coletiva de informação. Note que um apelo conjunto tem mais peso do que uma individual.



2. **Apresentar pedidos formais de informações for:**

muitos países possuem leis de Acesso à Informação ou processos de petição membro do parlamento que dão aos cidadãos o direito de solicitar informações governamentais. Pode utilizar estas leis para solicitar formalmente dados de orçamento específicos.



3. **Documente tudo:**

mantenha um registo escrito de todos os pedidos de informação feitos e de todas as respostas (ou ausência delas) do governo. Esta documentação pode, por si só, ser uma poderosa evidência que pode ser utilizada em campanhas de advocacia para pressionar por uma maior transparência.

Chapter 1.3: Encontrar fundos e orçamentos para PPPR

Um desafio frequente no rastreamento dos fundos da PPPR é que estes raramente constituem uma única linha de orçamento visível. Além disso, estes estão muitas vezes escondidos em programas de saúde mais vastos ou dispersos por vários ministérios. No entanto, um ponto de partida valioso para as comunidades é utilizar a informação do seu país. Plano Nacional de Acção para a Segurança Sanitária (NAPHS).

O NAPHS é um processo de planeamento para melhorar as capacidades essenciais de um país para prevenir, detetar e responder a ameaças à saúde pública. O NAPHS capta as prioridades nacionais para a segurança sanitária e contém frequentemente estratégias específicas e de orçamento para os PPPR. Como resultado, o NAPHS pode servir como um excelente mapa para encontrar fundos para PPPR.

Pontos de entrada para utilizar o NAPHS para encontrar fundos e orçamentos da PPPR

Os NAPHS estão geralmente disponíveis publicamente nos sítios 'web' dos ministérios governamentais ou no sítio 'web' da Organização Mundial de Saúde (OMS) . Utilize o NAPHS para analizar quais atividades específicas foram delineadas e quanto custarão. Por exemplo, o NAPHS pode declarar que a formação de 100 agentes de saúde comunitários para vigilância, custará um valor X. Pode utilizar o plano de custos do NAPHS para fazer uma referência cruzada com um orçamento: em vez de pesquisar fundos PPPR de forma ampla, procura alocações específicas, por exemplo, para formação de agentes de saúde comunitários, aquisição de PPE ou atualização de sistemas laboratoriais. A utilização do NAPHS deve proporcionar uma forma estruturada de aceder a planos específicos, que podes utilizar para se envolver estrategicamente com planos e orçamentos a nível nacional.

Se o seu país não tiver um NAPHS, você terá de procurar fundos para a PPPR. Pode ser que eles estejam alocados no orçamento da saúde, inseridos em programas de saúde mais vastos ou até mesmo nos orçamentos dos ministérios não relacionados com a saúde. Isto acontece porque a PPPR é uma questão transversal e multissetorial, e podem surgir fundos críticos na agricultura (por exemplo, vigilância zoonótica), educação (comunicação de riscos), imigração (saúde nas fronteiras), justiça (poderes legais em caso de emergência), TIC (sistemas de dados) ou clima e ambiente (preparação para desastres).

Para monitorizar o financiamento da PPPR de forma eficaz, também é necessário ir além do nível nacional. Em muitos países, como o Quénia, com as suas províncias, e a Tanzânia e com os seus municípios, as principais decisões e o financiamento para a saúde, a vigilância e a resposta a emergências ocorrem a nível subnacional. Isto é conhecido como orçamento descentralizado ou descentralizado, e significa que a ação real ocorre frequentemente a nível subnacional. É também onde o envolvimento comunitário pode ter o impacto mais direto e, por isso, os seus esforços de advocacia devem concentrar-se não só nos ministérios nacionais, mas também nos organismos governamentais locais, como distritos, municípios ou províncias.



Consulte o 4.2, o Kit de Ferramentas de Ação de Advocacia na Parte 5 para algumas ideias sobre como as OSC e os membros da comunidade podem envolver-se com os orçamentos e os processos de orçamento localmentel.

Uma lista de verificação para a busca de orçamentos da PPPR

Para encontrar fundos para a PPPR, pense de forma ampla e analise todo o orçamento do governo. A PPPR é um esforço multissetorial. Utilize esta lista de verificação para orientar a sua pesquisa, mas lembre-se que estes são apenas alguns dos ministérios que podem ter itens de orçamento relevantes para a PPPR, e os itens de orçamento também podem ser encontrados em orçamentos de outros ministérios.

Ministério da Saúde

Look for programmes related to: Public Health, Epidemiology and Surveillance, Laboratory Services, Health Systems Strengthening, Community Health Services, Immunisation Programmes, and Emergency Response.

Institutos Nacionais de Saúde Pública (INSP) e organismos de gestão de desastres

In some countries, a National Public Health Institute may be responsible for the PPPR budget and/or may be the custodian of the NAPHS. Also consider whether any funding is directed towards national disaster management bodies.

Ministério das Finanças

Look for Contingency Funds or Emergency Reserves that could be deployed during a public health crisis.

Ministério da Segurança/Ministério do Interior ou Ministério de Assuntos Internos

Funds for border control, quarantine enforcement, or security personnel involved in a response may be located here.

Ministério da Defesa

Military budgets may contain allocations for medical personnel, logistics, or infrastructure that would be used in a national emergency.

A nível subnacional

Após os fundos terem sido atribuídos nacionalmente, são então descentralizados para os níveis subnacionais, por exemplo, passados para os distritos e províncias. Existem também fundos de nível subnacional separados, que são independentes do financiamento nacional, uma vez que as estruturas subnacionais também podem gerar o seu próprio rendimento. Por estas razões, é também importante olhar para os orçamentos subnacionais (orçamentos provinciais, distritais, municipais ou de governo local), uma vez que os fundos significativos para a saúde são frequentemente geridos e utilizados a este nível. Pense assim: O orçamento nacional é uma promessa do governo. O orçamento descentralizado ao nível do condado ou do município é onde esta promessa se torna realidade ou se perde. O seu papel é monitorizar esta etapa final, garantindo que a verba alocada a uma nova clínica ou a reserva de PPE que realmente se materialize no local onde é mais necessário. Procure artigos de linha subnacional relacionados com a saúde, vigilância, resposta a emergências e proteções sociais.

Chapter 1.4: Como analisar o orçamento

Após ter os principais documentos de orçamento e de identificar os fundos e orçamentos da PPPR, pode-se iniciar a análise. O objetivo é utilizar os dados para responder a questões cruciais sobre o orçamento da PPPR. Uma estrutura simples, mas poderosa, para esta análise centra-se em quatro dimensões principais, derivadas das melhores práticas de monitorização de orçamento.

1. **Adequação:** O orçamento é suficiente?

- Qual é a despesa per-capita (por pessoa) na PPPR?
- Qual é o orçamento da PPPR como percentagem do orçamento total do governo?
- Qual é o orçamento da PPPR como percentagem do orçamento total da saúde?
- Qual é a tendência da dotação do orçamento da PPPR nos últimos três anos? Está a aumentar, a diminuir ou estagnada?

Consulte o **Anexo 1** para ideias de gráficos e relatórios que ilustram este tipo de informação de forma visual para um maior impacto da advocacia.

Adequado Vs Ao Eficaz?

Adequado vs ao eficaz: Se um país alocar fundos suficientes para construir uma clínica de saúde, mas, não planear a formação contínua dos funcionários, a manutenção do equipamento ou a garantia de acesso para as populações marginalizadas, você pode concluir que o orçamento é adequado, mas não eficaz. Que atende às necessidades mínimas, mas pode não alcançar os melhores resultados em saúde.



2. **Prioridade:** Qual é a importância da PPPR relativamente a outras prioridades governamentais?

- Qual é a proporção entre as despesas com PPPR e as despesas com a saúde materno-infantil? (por exemplo, "por cada R1 despesa em PPPR, R10 é despesa em saúde materno-infantil")
- Como o orçamento da PPPR é comparado com as despesas com outras prioridades de saúde, tais como a saúde materno-infantil?
- Como se compara o orçamento da PPPR com as despesas noutros sectores, infraestruturas ou serviços da dívida? Uma comparação direta pode ser uma poderosa ferramenta de advocacia.
- Consulte o **Anexo 1** fpara obter ideias sobre como você pode utilizar esta informação e apresentá-la visualmente para defender as diferentes prioridades de orçamento.

3. **Capital próprio:** O orçamento é justo?

- Existem linhas de orçamento específicas para populações de difícil acesso ou áreas de alto risco?
- O plano de orçamento aborda as necessidades específicas das populações vulneráveis, como mulheres, crianças, pessoas com deficiência ou outros grupos vulneráveis numa emergência?
- Qual é a perceção da comunidade sobre a justiça na distribuição de recursos pelos diferentes distritos ou instalações?

4. **Eficiência:** Os recursos são alocados para alcançar os melhores resultados?

- Qual é a proporção de despesas de prevenção e preparação em comparação com as medidas de resposta reativa (por exemplo, 20% de prevenção contra 80% de resposta).
- O dinheiro reservado para uma intervenção específica de impacto elevado (por exemplo, formação de agentes de saúde comunitários) está a chegar aos destinatários pretendidos em tempo real?

Ao trabalhar sistematicamente nestas quatro dimensões, você pode começar a construir uma narrativa convincente e baseada em evidências, sobre os pontos fortes e fracos do orçamento de PPPR do governo.



PARTE II



O RASTREADOR DE ORÇAMENTO DA PPPR

Após compreender os fundamentos do processo de orçamento, o passo seguinte é recolher e organizar sistematicamente os dados financeiros. O seu país pode já ter um orçamenta PPPR e/ou detalhes de orçamento para atividades específicas de preparação para pandemias. Nesse caso, pode utilizá-los como base para a sua análise de orçamento, sem ter de preencher um rastreador de orçamento.

Se o seu país não dispõe de um orçamento ou de um detalhe de orçamento para a PPPR, o Rastreador de orçamento para a PPPR, como **Anexo 2** é uma ferramenta prática concebida para atingir este objetivo. No entanto, o seu propósito é duplo. Dado o desafio generalizado dos dados fragmentados e não desagregados, o rastreador foi concebido não só para criar um quadro consolidado de todas as características planeadas para a PPPR, mas também para documentar metodicamente as lacunas. Uma célula vazia, uma baixa pontuação de confiança dos dados ou uma nota que detalhe uma suposição feita devido à falta de clareza não são uma falha da ferramenta: são uma evidência crucial. Transforma uma simples ferramenta de contabilidade num poderoso instrumento de defesa da transparência.

Chapter 2.1: Apresentando o modelo de rastreador de orçamento

O modelo de rastreamento de orçamento da PPPR **Anexo 2** visa reunir informação de diferentes orçamentos ministeriais numa visão única e coerente. Isto permite uma análise abrangente do envelope total de recursos para a PPPR e ajuda a identificar quais os intervenientes responsáveis por que partes do orçamento.

O princípio fundamental do rastreador é ser o mais detalhado e transparente possível. Cada dado introduzido deve ser acompanhado de uma fonte, e cada suposição feita deve ser claramente documentada. Este rigor é essencial para construir a credibilidade dos dados e defendê-los contra potenciais críticas..

Chapter 2.2: Um guia passo a passo para preencher o rastreador

O preenchimento do rastreador é um processo investigativo. Os passos a seguir podem orientá-lo no preenchimento do modelo.



1. **Reúna as suas fontes:** reúna todos os documentos de orçamento disponíveis. Isto inclui a proposto de orçamento nacional, a lei de orçamento promulgada e relatórios do Ministério da Saúde e de outros departamentos governamentais relevantes.



2. **Comece com mais clareza:** comece por inserir as linhas de orçamento mais óbvias da PPPR relacionadas com o orçamento do Ministério da Saúde.



3. **3. Pesquisa de fundos incorporados:** utilize a lista de verificação da pesquisa de linhas de orçamento da Parte 2 para procurar fundos relevantes para a PPPR noutros ministérios (por exemplo, Agricultura, Segurança) e em programas de saúde mais vastos.



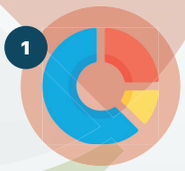
4. **4. Estimativa e documentação:** ao trabalhar com a linha de orçamento ampla (por exemplo, "Controlo de Doenças Transmissíveis"), terá de estimar a parte relevante para a PPPR. Baseie esta estimativa nas descrições de programas, metas de desempenho ou até mesmo em relatórios de despesas anteriores, se estiverem disponíveis. Por exemplo, pode determinar que 20% das atividades do programa estão relacionadas com a PPPR. Fundamentalmente, deve documentar esta suposição na coluna "Notas/Suposições" do rastreador. Esta transparência é vital.



5. **5. Atribuir um nível de confiança:** nem todos os dados são iguais. Para cada 'item', atribua um nível de confiança (por exemplo, alto, médio, baixo). Um nível de confiança "Elevado" aplicar-se-ia a uma linha de orçamento específica e dedicada à PPPR. Um nível de confiança "Baixo" pode aplicar-se a uma estimativa aproximada de uma parte de um orçamento muito vasto, não relacionado com a saúde. Ajuda os utilizadores a entender a fiabilidade do panorama.

Chapter 2.3: Dos dados ao painel

Os dados brutos numa folha de cálculo não são uma ferramenta de advocacia convincente. O passo final é visualizar os dados para contar uma história clara e simples. As visualizações eficazes incluem:



Um gráfico de setores mostrando as fontes de financiamento da PPPR (por exemplo, 60% Ministério da Saúde, 30% Ministério das Finanças, 10% doadores). Isto pode ilustrar fortemente a excessiva dependência de fundos de doadores ou lacunas significativas de transparência.



Um gráfico de barras comparando a dotação total da PPPR com outro setor, como o setor militar. Este recurso visual pode criar uma mensagem pública forte sobre as prioridades do governo.



Um gráfico de linha de tendência mostrando a alocação da PPPR nos últimos anos. Isto pode revelar se o investimento está a crescer, a estagnar ou a afrouxar.

Consulte o **Anexo 1** para exemplos de visualizações de orçamento. Note também que estas visualizações podem ser inseridas no Relatório dee **orçamento de PPPR ou no painel de desempenho (Scorecard), cujo modelo também está incluído no Anexo 1**.

Este é um produto de advocacia altamente eficaz, com tamanho de uma página, que resume as principais conclusões da análise de orçamento num formato acessível e visualmente envolvente. A utilização de um sistema simples de semáforos (Vermelho/Laranja/Verde) pode dar às partes interessadas uma indicação visual imediata do desempenho em relação a métricas-chave, tais como a adequação, a transparência e o Capital próprio.

PENSANDO SOBRE AS METAS DE FINANCIAMENTO DA PPPR

Não existe uma percentagem única e universalmente aceite do orçamento governamental destinada à Preparação, Prevenção e Resposta a Pandemias (PPPR). Em vez disso, existem orientações sob a forma de metas de despesas recomendadas, custos per-capita e prioridades estratégicas. A principal orientação para o financiamento da PPPR não se baseia numa percentagem do orçamento nacional, mas sim na recomendação de um montante com base na produção económica ou na população de um país

1% do PIB para as Despesas nacionais com a saúde

O Painel Independente de Alto Nível (HLIP) rrecomenda que os governos aumentem as despesas com a saúde em mais 1% do PIB, incluindo verbas para a preparação para pandemias. Este visa fortalecer os sistemas de saúde, essenciais para uma PPPR eficaz.[1]

1 Os custos da melhoria da preparação para emergências de saúde: Uma revisão e análise sistemática de estudos multinacionais. Clarke, Lorcan et al. eClinicalMedicine, Volume 44, 101269

ENTENDENDO O PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) é como uma calculadora gigante que soma o valor de todos os bens e serviços produzidos num país ao longo de um ano. Pense nisto como se estivesse a somar tudo o que um país produz: alimentos, carros, edifícios e até o trabalho que as pessoas realizam, como, por exemplo, os médicos a tratar doentes ou professores a ensinar crianças.

Existem três formas principais de pensar no PIB:

1. **Produção:** É o valor total de tudo o que é produzido no país. Imagine todos a trabalhar em diferentes fábricas ou empresas: isto equivale ao PIB.
2. **Ingressos:** É todo o dinheiro que as pessoas ganham. Isto inclui salários, rendas e lucros das empresas. Se somarmos todo o dinheiro que as pessoas ganham no país, isso faz parte do PIB.
3. **Despesas:** É total do dinheiro despesa por todos. Quando as pessoas compram roupa, carros e comida, ou quando o governo investe em estradas e escolas, tudo isso conta para o PIB.

Quando o PIB de um país aumenta, geralmente significa que o país está a desenvolver-se bem — as pessoas estão a comprar e a vender mais, os negócios estão a crescer e as pessoas estão a ter mais ingressos. Se o PIB reduzir, pode significar que as coisas não estão a correr tão bem, como menos pessoas a comprar coisas ou os negócios a abrandar.

Em suma, o PIB é como a "pontuação" de um país sobre quanto o país está a receber e a gastar ao longo do ano!

Se quiser saber como o PIB do seu país se compara com o PIB de outros países, o Banco Mundial tem relatórios sobre o PIB desde 1960 que pode consultar aqui: **https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD.**

Despesas per-capita

A **Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Banco Mundial** estimam que os custos anuais para as capacidades abrangentes da PPPR variam entre 3 e 5 dólares por pessoa. Um conjunto mínimo de capacidades pode ser alcançado com pelo menos 1 dólar por pessoa anualmente.[2]

Lacuna de Financiamento Global

Os investimentos atuais ficam aquém das necessidades. **A OMS e o Banco Mundial** estimam em cerca de $ 31. São necessários mil milhões de anualmente, com uma insuficiência de aproximadamente $ 10. 5 mil milhões por ano que poderiam ser cobertos por meio de financiamento internacional. [3]

Análise e Alocação de orçamento

Após a análise dos orçamentos, a maioria das orientações sugere a concentração de recursos em áreas-chave para maximizar a eficácia da PPPR. O fundo de pandemia, por exemplo, realça a importância dos investimentos em:

- Sistema de aviso prévio e vigilância de doenças - reforço dos sistemas de saúde para detetar surtos rapidamente.
- Sistemas de laboratórios - garantindo a capacidade e sequência de testes.
- Recursos humanos - construir uma força de trabalho forte em saúde pública.
- Fortalecimento das instituições — apoiando a partilha de informação, a coordenação e a resposta rápida.
- Comunicação de riscos e envolvimento da comunidade (esta é uma prioridade elevada).

ALGO PARA LEMBRAR

Embora não exista uma percentagem específica recomendada do orçamento total do governo, os líderes globais em saúde e finanças concordam que os países devem aumentar significativamente os investimentos nacionais em saúde, especialmente em áreas críticas da PPPR, para evitar custos humanos e económicos muito mais elevados. Deve-se colocar ênfase na construção de sistemas de saúde resilientes e no financiamento de algumas áreas específicas e de elevado impacto, em vez de visar uma percentagem específica do orçamento.



2 Análise da arquitetura de Preparação e Resposta a Pandemias (PPR), necessidades de financiamento, lacunas e mecanismos. Preparado para o Documento da Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde do G20, elaborado pela Organização Mundial de Saúde e pelo Banco Mundial. 22 de março de 2022. https://thedocs.worldbank.org/en/doc/5760109c4db174ff90a8dfa7d025644a-0290032022/original/G20-Gaps-in-PPR-Financing-Mechanisms-WHO-and-WB-pdf.pdf.

3 Análise da arquitetura de Preparação e Resposta a Pandemias (PPR), necessidades de financiamento, lacunas e mecanismos. Preparado para o Documento da Força-Tarefa Conjunta de Finanças e Saúde do G20, elaborado pela Organização Mundial de Saúde e pelo Banco Mundial. 22 de março de 2022. https://thedocs.worldbank.org/en/doc/5760109c4db174ff90a8dfa7d025644a-0290032022/original/G20-Gaps-in-PPR-Financing-Mechanisms-WHO-and-WB-pdf.pdf

PARTE III



O RASTREADOR DE DESPESAS DA PPPR

Se um orçamento é uma promessa, então as despesas são a prova. O fosso crítico entre o que é alocado e o que é efetivamente despesa é onde os fundos podem atrasar, desviados ou de alguma forma não contabilizados.

Embora os governos centrais possam monitorizar os fluxos financeiros de alto nível, a monitorização liderada pela comunidade está numa posição única para colmatar a lacuna da última milha.

O objetivo geral do CLM é verificar se os recursos prometidos em capital foram realmente (i) alocados, (ii) desembolsados e (iii) usados, e se materializaram como bens e serviços na clínica, escola ou comunidade local. É claro que a monitorização das despesas atuais em tempo real é difícil, mas as comunidades podem utilizar indicadores para avaliar se os recursos estão a fluir como deveriam. Esta secção fornece metodologias simples e de base para as OSC monitorizarem as despesas, comparando a realidade local com as promessas de orçamento.



Ayanda Ndamane/Independent Media.

Residents of Cape Town South Africa, march to Parliament in protest against budget cuts ahead of the 2025 budget speech

Chapter 3.1: Porquê monitorizar as despesas? Da promessa à realidade

O rastreio das despesas implica responder a um conjunto simples de perguntas:

1. **Os fundos estão a ser usados dentro do prazo estipulado?**

- O fornecimento de bens essenciais (por exemplo, PPE, vacinas) é consistente e atempado?
- Ao nível da instalação, você pode perguntar: "Quando foi a última entrega do [artigo]?" ou "Houve algum período nos últimos três meses em que a instalação ficou sem este artigo?"

2. **Os fundos chegam ao destinatário?**

- Existe um fosso entre os recursos planeados e a realidade, na prática?
- Compare a dotação de orçamento oficial para uma clínica local com uma verificação física da unidade. Por exemplo, se o orçamento incluiu verbas para fontes de higienização de mãos, verifique se estão presentes e a funcionar.

3. **Os fundos estão a ser utilizados para o objetivo pretendido?**

- Os bens e serviços adquiridos estão a ser utilizados para o objetivo declarado?
- Pode considerar a utilização de uma auditoria social para verificar registos oficiais. Por exemplo, se uma linha do orçamento for para a "aquisição de vacinas", pergunte aos agentes de saúde comunitários se receberam as vacinas e se estão a ser administradas. Também pode verificar se os artigos correspondem à finalidade. Por exemplo, o dinheiro atribuído às vacinas está a ser despesa em vacinas e não noutras afinidades?

Ao recolher dados que respondam a estas questões, você pode ir além da análise do orçamento e avaliar se está a ser utilizado para o objetivo pretendido.

Chapter 3.2: Métodos de monitorização de despesas baseados na comunidade

As questões acima formuladas podem ser respondidas por meio de uma variedade de métodos práticos e baseados na comunidade. Esta secção descreve algumas das formas mais eficazes para as OSC monitorizarem as despesas e a entrega de recursos no local, garantindo que os recursos prometidos na capital se materializam em bens e serviços na clínica, escola ou comunidade local.

Método 1: A auditoria social

Uma auditoria social é um processo coletivo em que os membros da comunidade reúnem-se para analisar e verificar informações oficiais sobre despesas e projetos públicos. No contexto da PPPR, uma auditoria social pode envolver:



1. **A obtenção de informações:** A OSC obtém documentos oficiais sobre os recursos atribuídos a províncias ou distritos específicos ou a uma clínica de saúde local específica (por exemplo, uma lista de material médico que deveria ser entregue ou o orçamento para uma campanha de extensão comunitária).
2. **Revisão da comunidade:** A OSC convoca uma reunião pública onde esta informação oficial é partilhada com a comunidade num formato simples e acessível.
3. **Verificação e testemunho:** membros da comunidade, profissionais de saúde e líderes locais prestam depoimentos, comparando os registos oficiais com as suas experiências reais. Por exemplo, um enfermeiro pode testemunhar que apenas metade dos suprimentos de PPE prometidos chegaram
4. **Documentando os resultados:** Os resultados da auditoria, ou seja, as discrepâncias entre os registos oficiais e o depoimento da comunidade, são documentados e utilizados como prova para a advocacia. As conclusões podem também ser utilizadas para avaliar o Capital próprio na distribuição dos recursos entre as províncias, distritos e/ou instalações.

Método 2: O scorecard da comunidade

O Scorecard comunitário é uma ferramenta poderosa e altamente recomendada para recolher o parecer dos cidadãos sobre a qualidade e disponibilidade dos serviços públicos. É particularmente eficaz porque gera dados quantitativos a partir de experiências qualitativas. O processo envolve: O processo envolve:

1. **Desenvolvimento de indicadores:** A comunidade decide coletivamente sobre um pequeno número de indicadores-chave para medir a prestação de serviços. No contexto da PPPR, os exemplos podem incluir, por exemplo, a disponibilidade de testes COVID-19, o número de fontes para higienização das mãos funcionais, numa clínica de saúde e/ou a proporção de profissionais de saúde comunitários com conhecimentos sobre medidas preventivas. Para um guia sobre o desenvolvimento de indicadores da PPPR, consulte aqui **[link para a ferramenta desenvolvida pelo CLAW].**



2. **Pontuação:** Os membros da comunidade avaliam individualmente o desempenho da clínica local ou do centro de saúde relativamente a estes indicadores, utilizando geralmente uma escala simples (por exemplo, 1 a 5).
3. **Consolidando as pontuações:** as pontuações são recolhidas e agregadas para gerar uma classificação geral de desempenho para cada indicador.
4. **Reunião de 'interface':** uma OSC facilita uma reunião entre a comunidade e a clínica ou as autoridades de saúde do distrito para apresentar a informação, e é realizado um diálogo construtivo para identificar problemas e desenvolver soluções de forma colaborativa..

Método 3: Estudos simplificados de rastreamento da despesa pública (PETS)

Um estudo de rastreamento das despesas públicas (PETS) é uma metodologia utilizada para monitorizar o fluxo de recursos através das diversas camadas do governo até à clínica de prestação de serviços. Embora uma PETS completa possa ser complexa, as OSC podem conduzir uma versão simplificada com foco num único recurso tangível. Por exemplo, uma OSC pode decidir monitorizar o dinheiro destinado a ser despesa em PPE:



1. **Comece pelo orçamento:** descubra quanto dinheiro foi alocado aos PPE, quer nacionalmente, quer hajam dados disponíveis, a nível provincial, municipal, local ou distrital.
2. **Siga o trilho:** visite a clínica alvo.
3. **Verifique no local, ou seja, na unidade sanitária:** na clínica, pergunte se existem suprimentos de PPE para verificar se receberam as máscaras. Pode também entrevistar a equipa da unidade hospitalar para perguntar sobre eventuais dificuldades, como, por exemplo, se há falta frequente de PPE ou se a qualidade do PPE é muito baixa.
4. **Avalie se o dinheiro alocado aos PPE está a ser utilizado conforme o planeado:** Ao comparar o valor orçamentado para o PPE, o suprimento e a qualidade do PPE ao nível da unidade hospitalar, pode tirar conclusões sobre se o dinheiro está a ser utilizado como planeado ou se existem furtos ou discrepâncias na quantidade, qualidade ou prazo de entrega.

O objetivo não é contabilizar todos os itens físicos, mas sim verificar se o dinheiro alocado a esses itens foi realmente utilizado como planeado. Utilize as secções simplificadas de auditoria social e estudos de rastreamento das despesas Públicas (PETS) para destacar este ponto, explicando como as comunidades podem identificar discrepâncias ou "desvios" entre o que foi orçamentado e o que foi entregue..

A Ferramenta proposta: rastreador de despesas a nível comunitário

A ferramenta simples de monitorização de despesas a nível comunitário, anexada como **Anexo 3** foi concebida como um formulário simples em papel ou uma ferramenta básica de recolha de dados móveis que os monitores comunitários podem utilizar durante as visitas às unidades de saúde locais. O seu objetivo é estruturar as suas observações e facilitar uma comparação direta entre o que foi prometido no orçamento e o que está a acontecer na prática.



PARTE IV



ADVOCACIA DE ORÇAMENTO EFICAZ

Os dados por si só não geram alterações. Todo o processo de análise de orçamento e de rastreamento das despesas, culmina numa atividade crítica: a advocacia. As provas recolhidas são tão valiosas quanto a ação que inspiram. A investigação é inequívoca neste ponto: As iniciativas de CLM devem ser concebidas para converter a evidência em ações, ligando os dados a caminhos claros de advocacia e mecanismos de 'feedback'. As OSC são geralmente mais eficazes quando vão além da apresentação de informação anedótica e, em vez disso, fundamentam as suas necessidades em provas concretas e credíveis, tornando a sua participação em debates políticos mais significativa e influente. Esta secção final fornece um conjunto de recursos práticos, incluindo estratégias, modelos e estruturas, para ajudar as OSC a transformar as suas conclusões relacionadas com dados de orçamento e de despesas em campanhas de advocacia estratégicas, persuasivas e impactantes.



Chapter 4.1: Construir a sua estratégia de sensibilização

Uma advocacia eficaz é planeada, não improvisada. Antes de lançar uma campanha, é essencial desenvolver uma estratégia clara que defina o quê você pretende mudar, quem precisa de influenciar e como o fará. Este processo transforma os dados brutos num plano de ação direcionado.

Definir o seu objetivo

O primeiro passo é traduzir as suas conclusões de monitorização num objetivo de sensibilização claro e realista. O seu objetivo geral pode ser abrangente (por exemplo, "Melhorar o financiamento da PPPR no nosso país"), mas deve ser específico, mensurável, atingível, relevante e com um prazo definido (SMART). Por exemplo, com base nas suas conclusões, um objetivo SMART poderia ser: "Persuadir a Comissão membro do parlamento de Saúde a recomendar um aumento de 10% no orçamento nacional de vigilância durante os debates de orçamento de 2025." Deve também ponderar se pretende que o seu objetivo de advocacia seja a nível nacional ou a nível sub nacional, por exemplo, envolvendo a sua província, município do governo local ou distrito.

Mapeamento das partes interessadas

O mapeamento de partes interessadas (stakeholders) é o processo de identificação dos principais indivíduos e instituições com poder sobre o seu objetivo. Para cada stakeholder, deve analisar os seus interesses, o seu nível de influência e a sua posição atual em relação à sua questão (por exemplo, se é um aliado, um adversário ou neutro). Os principais intervenientes na defesa do orçamento da PPPR geralmente incluem:

1. **Alvos principais:** os decisores que lhe podem dar o que você pretende (por exemplo, o Ministro das Finanças, o Presidente da Comissão do orçamento do parlamento).
2. **Alvos secundários:** os influenciadores que têm a atenção dos alvos principais (por exemplo, outros membros do parlamento, líderes de partidos da oposição, jornalistas influentes, agências doadoras, altos funcionários públicos, líderes tradicionais).
3. **Aliados:** Outras OSC, instituições académicas ou associações profissionais que partilhem os seus objetivos e com quem possa formar uma coligação.

Elaboração de mensagens-chave

O seu público está ocupado e pode não ter tempo para ler um relatório longo. É preciso sintetizar os seus resultados complexos em mensagens claras e impactantes. Uma boa mensagem é composta por três partes:

1. **O problema:** uma declaração clara do problema, apoiada pela sua evidência mais forte **(por exemplo, "O investimento do nosso governo na sua preparação para pandemias é criticamente baixo, menos de 1% do orçamento total da saúde).**
2. **A solução:** a sua recomendação específica e acionável **(por exemplo, "Solicitamos a criação de uma linha de orçamento dedicada e transparente para a PPPR).**
3. **A justificação:** por que razão a sua solução é a correta **(por exemplo, "Isto garantirá a responsabilização e demonstrará um compromisso real com a proteção da saúde dos cidadãos).**

Adapte as suas mensagens a cada público. Uma mensagem para um funcionário do Ministério das Finanças pode focar-se no retorno económico do investimento, enquanto uma mensagem para o público em geral pode focar-se no impacto humano do subfinanciamento..

Chapter 4.2: O kit de ferramentas para ação de advocacia

Este capítulo fornece uma biblioteca de modelos adaptáveis que as OSC podem utilizar para elaborar e transmitir as suas mensagens de advocacia. Estas ferramentas foram concebidas para traduzir dados e evidências em mensagens de advocacia persuasivas.

Pontos de entrada para a advocacia das OSC

Eis algumas formas pelas quais os membros da comunidade podem utilizar os dados da PPPR que recolheram na sua defesa:



Modelo 1: O resumo da política.

Um documento conciso (normalmente de 2 a 4 páginas) elaborado para os decisores políticos. Deve incluir um resumo executivo, um breve historial do problema, um resumo das principais conclusões (utilizando gráficos e tabelas) e um conjunto de recomendações políticas claras e concretas. Consulte o **Anexo 4** para obter um exemplo de um breve resumo da política..

Modelo 2: Boletim do orçamento comunitário.

Um resumo visualmente envolvente de uma página contendo os seus resultados, perfeito para partilhar com os media e o público. Poderia utilizar um sistema simples de pontuação ou similar ao semáforo (Vermelho/Âmbar/Verde) para avaliar o desempenho do governo em questões de indicadores-chave de financiamento da PPPR, como a adequação, a transparência e a eficácia das despesas. consulte o **Anexo 1** para obter um exemplo de um relatório de orçamento comunitário..

Modelo 3: O comunicado de imprensa.

Uma declaração formal para os media anunciando as suas principais resultados e exigências de advocacia. Deve ser redigida num estilo jornalístico, com um título chamativo, um resumo da informação-chave no primeiro parágrafo e citações da liderança da sua organização. Consulte o **Anexo 5** para um exemplo de um comunicado de imprensa..

Modelo 4: Social Media Kit.

Um pacote pronto a utilizar, para fazer a sensibilização digital, incluindo infográficos simples e hashtags relevantes para participar numa conversa mais ampla. Consulte o **Anexo 6** para alguns exemplos de mensagens nas redes sociais.

Modelo 5: Letter to a Member of Parliament.

Um modelo de carta formal que as OSC podem utilizar para apresentar as suas provas ao seu representante local eleito, explicar o impacto na sua circunscrição eleitoral e solicitar medidas específicas (por exemplo, colocar uma questão no Parlamento, fazer perguntas numa reunião de uma comissão). Consulte o **Anexo 7** para um exemplo de uma carta dirigida a um membro do parlamento.

Apresentando o seu caso - fazendo o argumento económico

Em contextos em que a saúde compete com outras prioridades, como as infraestruturas e o serviço da dívida, é crucial enquadrar a PPPR como um investimento económico inteligente, e não apenas como um custo social. Os decisores políticos, especialmente nos Ministérios das Finanças, são frequentemente persuadidos por argumentos de custo-benefício. As OSC podem fortalecer os seus argumentos incluindo pontos de discussão tais como:

1. O Banco Mundial estima que o custo da preparação é de X centavos por pessoa por ano, enquanto o custo de uma pandemia grave pode ascender a X mil milhões de dólares. Investir agora poupa dinheiro mais tarde.

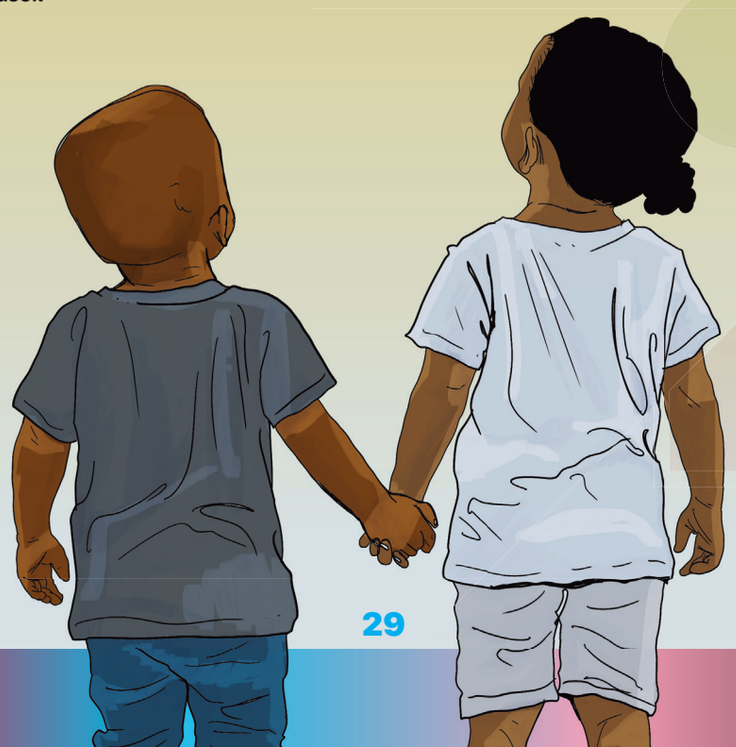
2. "Uma população saudável é uma força de trabalho produtiva. Investir na vigilância de doenças protege a nossa economia da disrupção e a perda de produtividade causadas por grandes surtos."

3. "Um PPPR robusto atrai investimento e turismo internacionais ao sinalizar que o nosso país é um lugar seguro e estável para fazer negócios".

Chapter 4.3: Fechar o ciclo - exigindo pareceres e ação

Publicar um relatório não é o fim de uma campanha de advocacia; é o início. O passo final é criar plataformas de diálogo e rastrear de forma consistente para garantir que os compromissos resultem em ação. Em alguns contextos, será possível alavancar as plataformas de envolvimento existentes, como os "fóruns de envolvimento dos cidadãos" ou os "conselhos de desenvolvimento comunitário" locais, como ponto de entrada para as comunidades discutirem a monitorização de orçamento e responsabilizarem as autoridades locais. Como alternativa, você pode tentar criar plataformas de envolvimento, o que pode envolver o seguinte:

- **Diálogos entre múltiplas partes interessadas:** organizar fóruns públicos ou reuniões à porta fechada onde você possa apresentar as suas conclusões diretamente às autoridades governamentais, membro do parlamento, doadores e aos meios de comunicação social. Isto cria um espaço para a responsabilização pública, onde as autoridades são solicitadas a responder às provas.
- **Utilizando mecanismos de reclamação:** identifique e utilize sistemas formais de resolução de reclamações, quando existam. Podem ser Provedor de Justiça do parlamento, uma comissão de direitos humanos ou uma agência de anticorrupção.
- **Rastreamento sistemático:** após uma reunião em que um colaborador assume um compromisso, envie uma carta formal resumindo o compromisso e os próximos passos acordados. Faça um seguimento regular para rastrear o progresso.
- **Advocacia de alto nível:** para questões sistémicas, considere elevar a advocacia para organismos regionais ou internacionais. Por exemplo, as conclusões podem ser partilhadas com a União Africana, o CDC África, a Organização Mundial de Saúde ou instituições financeiras internacionais para aplicar pressão de cima para baixo que complemente os esforços da linha de base.."





Ao planear e executar sistematicamente a advocacia, as OSC podem garantir que o seu trabalho árduo na monitorização dos orçamentos e das despesas se traduz em melhorias tangíveis no financiamento da PPPR, construindo, em última análise, sistemas de saúde mais resilientes e comunidades mais seguras.

CONCLUSÃO

DA EVIDÊNCIA AO IMPACTO



Este kit de ferramentas fornece uma estrutura para a sociedade civil, assim como as organizações lideradas pela comunidade, de navegarem pelo complexo cenário do financiamento da PPPR. Vai além dos princípios abstratos para oferecer ferramentas práticas, baseadas nos desafios reais da escassez de dados, da resistência política e da necessidade de empoderamento popular. A análise dos mecanismos existentes e das entrevistas com os peritos, produz uma conclusão clara e prática: para que o CLM seja eficaz no âmbito da PPPR, é necessária uma abordagem holística e estratégica.

As principais conclusões desta análise integrada são quatro:

1. **A legitimidade é fundamental:** A ferramenta de rastreio mais sofisticada não tem tecnicamente qualquer valor se os seus dados forem ignorados. Construir legitimidade política e sensibilizar a comunidade não são atividades preliminares, mas sim os pilares fundamentais em que assenta toda a monitorização bem-sucedida. O envolvimento proativo com o governo, o alinhamento com os sistemas nacionais e o fomento da apropriação nacional são investimentos essenciais para garantir que as evidências geradas pelas OSC são recebidas como fiáveis e construtivas.
2. **As lacunas de dados são os pontos de dados:** O desafio universal dos fundos invisíveis e não desagregados de PPPR, não deve ser visto como uma barreira, mas como um resultado fundamental. As ferramentas deste kit foram concebidas para documentar sistematicamente estas lacunas. Uma célula vazia num rastreador de orçamento ou uma pontuação de confiança baixa são provas poderosas por si só, fornecendo uma base concreta para a advocacia focada no aumento da transparência fiscal.
3. **O poder da última milha:** O valor único e insubstituível do CLM reside na sua capacidade de colmatar o fosso entre as contas financeiras centralmente e a realidade da prestação de serviços no terreno. Métodos simples e de baixa tecnologia, como os scorecards comunitários e os estudos simplificados de monitorização das despesas, permitem aos cidadãos verificar se as promessas de orçamento se traduzem em bens e serviços tangíveis, gerando um nível de evidência granular que é muitas vezes inacessível aos auditores oficiais.
4. **A advocacia é o motor da mudança:** A recolha de dados sem uma estratégia clara de advocacia é um exercício académico. O objetivo final do CLM é dotar as comunidades de provas fiáveis para exigir responsabilização e impulsionar a mudança. O processo é um ciclo: a análise informa o rastreio, e o rastreio gera evidência e a evidência alimenta a advocacia estratégica. Ao transformar dados complexos em mensagens claras, relatórios visuais e recomendações de políticas direcionadas, as OSC podem garantir que o seu trabalho conduz a investimentos mais adequados, equitativos e eficazes na preparação para futuras ameaças à saúde.

Ao combinar a transparência financeira, a monitorização de base e a advocacia baseada em evidências, as iniciativas do CLM para a responsabilização da PPPR têm o potencial não só de reforçar a segurança da saúde, mas também de aprofundar a responsabilização democrática, garantindo que os recursos públicos sejam direcionados para proteger as vidas e os meios de subsistência de todos os cidadãos.

ANEXO 1

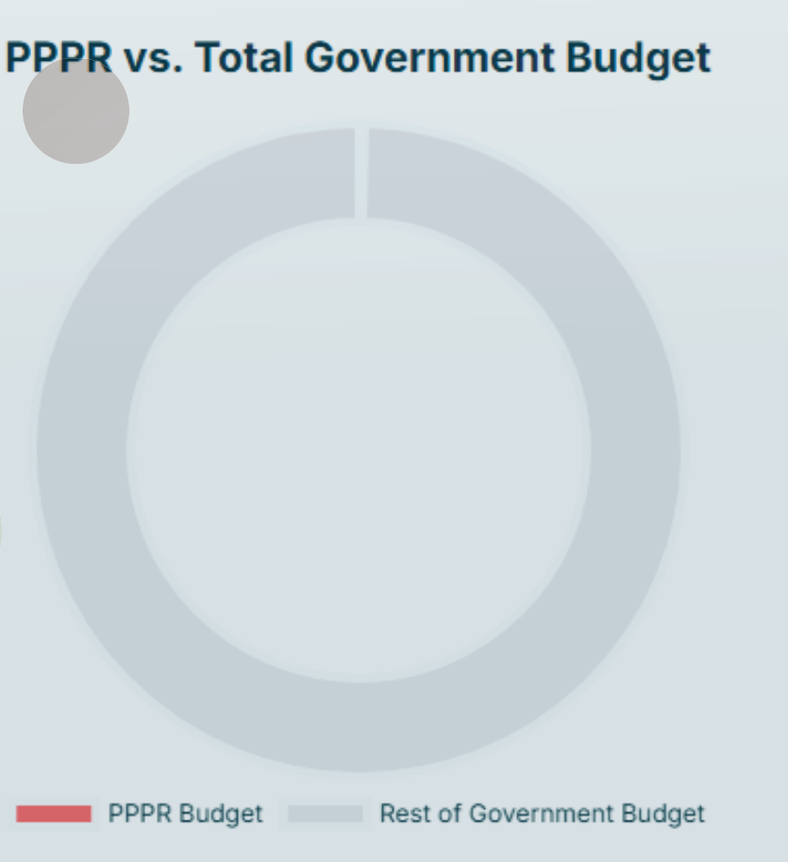
RELATÓRIO DE ORÇAMENTO DA PPPR

No ano fiscal X, o governo atribuiu X dedicados para a PPPR. Neste relatório de orçamento, focamo-nos em quatro questões:

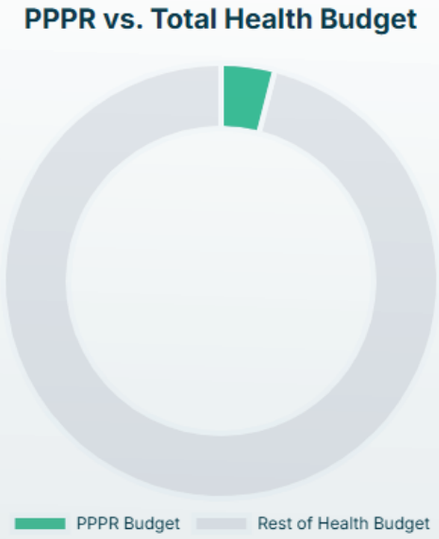
1. **Adequação.** O orçamento é suficiente?
2. **Prioridade.** A PPPR é uma prioridade do governo?
3. **Capital próprio.** O orçamento é justo, ou seja, garante que os recursos chegarão aos mais vulneráveis e marginalizados, ou arrisca agravar as desigualdades existentes
4. **Eficiência.** O orçamento é inteligente, ou seja, prioriza intervenções de elevado impacto e com uma boa relação custo-benefício.

1. Adequação. O orçamento é suficiente?

O valor total orçamentado para a PPPR é suficiente para ser eficaz? Esta secção avalia a alocação da PPPR relativamente aos principais parâmetros económicos e sociais.



Em percentagem do orçamento total do governo, o orçamento da PPPR no ano representou X%.





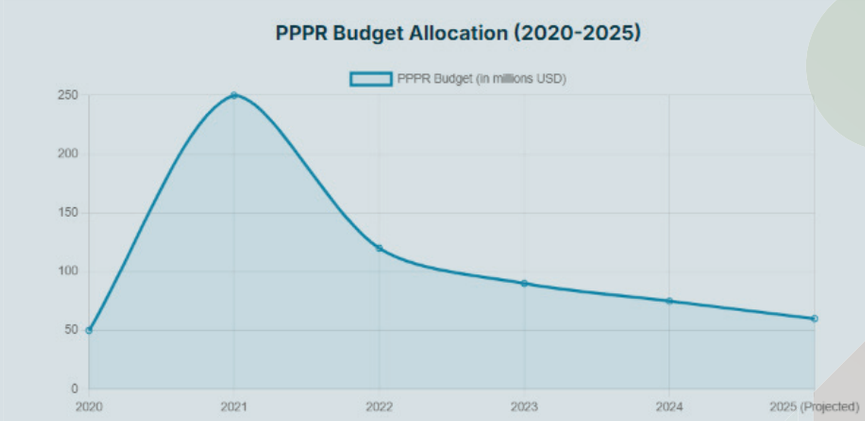
Annual PPPR Spending Per Person

K25

This figure represents the total public investment dedicated to preventing the next pandemic for each citizen, each year.

Em percentagem do orçamento total do governo, o orçamento da PPPR no ano representou X%.

No ano, a despesa do governo por pessoa em PPPR é de X.



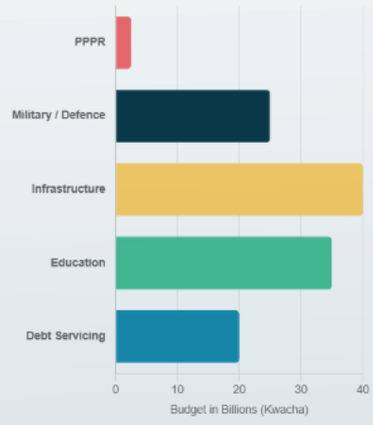
Comparando o orçamento da PPPR alocado no ano com as dotações de orçamento da PPPR em anos anteriores, a nossa PPPR está a decrescer permanece no mesmo aumentar.

Adequação: Principais conclusões e grau de adequação

Resuma aqui as conclusões. Por exemplo: "Embora a despesa per capita tenha aumentado ligeiramente, o orçamento da PPPR continua a representar uma percentagem perigosamente baixa do orçamento total da saúde e fica aquém do custo estimado de 3 a 5 dólares per capita necessário para atingir os níveis de capacidade de referência (ver o documento do Banco Mundial e da Organização Mundial de Saúde (2022) preparado para a reunião da Força-Tarefa do G20 sobre Saúde e Finanças) Análise da arquitetura de Preparação e Resposta a Pandemias (PPR) e das necessidades e lacunas de financiamento).

Na nossa avaliação, a actual dotação de orçamento para a PPPR é adequada/inadequada..

2. Prioridade A PPPR é uma prioridade do governo?



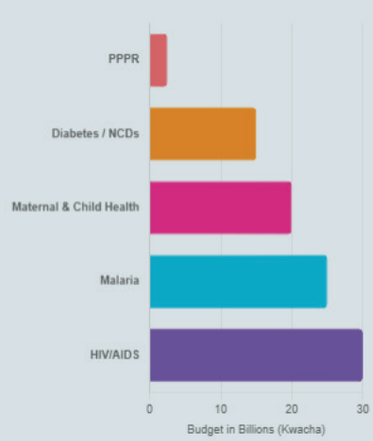
Education Spending
Spending on education is more than **10 times** the PPPR budget, yet health security is fundamental to keeping schools open.

Military / Defence Spending
The PPPR budget is just **1/10th** the size of the defence budget, showing a greater focus on conventional security over health security.

Infrastructure / Major Projects
A single major highway project can be budgeted at **5x** the entire PPPR allocation for the year.

Debt Servicing
For every **K1** spent on pandemic preparedness, the government spends **K8** on interest payments for national debt.

Comparando o orçamento da PPPR com outras despesas governamentais importantes, a PPPR está criticamente subfinanciada adequadamente financiada bem financiada em comparação com outras prioridades do governo.



HIV/AIDS
The budget for HIV/AIDS programs is **12 times larger** than the PPPR budget, reflecting the long-term commitment to combating an established epidemic.

Malaria
For every **K1** spent on preparing for the next pandemic, **K10** are spent on fighting malaria, a persistent and immediate health threat.

Maternal & Child Health
Funding for maternal and child health services is **8 times** the allocation for PPPR, highlighting the priority given to ongoing generational health.

Diabetes / NCDs
Even the budget for non-communicable diseases like diabetes is **6 times larger** than the PPPR budget, showing the growing burden of chronic illness.

Comparando o orçamento da PPPR com outras despesas governamentais importantes, a PPPR está criticamente subfinanciada adequadamente financiada bem financiada em comparação com outras prioridades de saúde.

Prioridade: Principais conclusões e grau de adequação

Resuma aqui as conclusões. Por exemplo: "O orçamento prioriza claramente a defesa e as infraestruturas em detrimento da segurança sanitária. O desequilíbrio flagrante sugere falta de vontade política para se preparar adequadamente para futuras pandemias."

Na nossa avaliação, o orçamento da PPPR é/não é uma prioridade.

3. Capital próprio: O orçamento é justo?

O orçamento garante que os recursos chegarão aos mais vulneráveis e marginalizados ou arrisca agravar as desigualdades existentes?

Perguntas sobre o capital próprio	Sim / Não / Parcialmente	Evidências e notas
Existem linhas de orçamento específicas para as áreas de difícil acesso ou de elevado risco?	Sim / Não / Parcialmente	por exemplo, não foi encontrada nenhuma alocação específica para distritos rurais remotos ou assentamentos urbanos informais.
O orçamento vai ao encontro das necessidades das mulheres, crianças ou pessoas com deficiência?	Sim / Não / Parcialmente	por exemplo, o orçamento inclui fundos para a continuidade da saúde materna durante as emergências, mas carece de medidas específicas para as deficiências.
Há cortes na assistência médica primária que podem prejudicar os pobres?	Sim / Não / Parcialmente	por exemplo, sim, o orçamento operacional da clínica de cuidados de saúde primários foi reduzido em 15%, o que afetará os mais vulneráveis.

Capital próprio: As principais conclusões e classificação de capital próprio

Resuma aqui as conclusões. Por exemplo: "o orçamento carece de um foco claro no Capital próprio. Sem financiamento direcionado para grupos vulneráveis e com cortes nos cuidados primários, o plano atual arrisca deixar as comunidades mais marginalizadas para trás durante uma crise".

Na nossa avaliação, o orçamento da PPPR é/ é parcialmente / não é justo.

4. Eficiência: É um orçamento inteligente?

Os recursos são alocados para alcançar os melhores resultados? Esta secção analisa se o orçamento prioriza intervenções de elevado impacto e com uma boa relação de custo-eficácia.

Indicador de eficiência	Alocação / resultados	Análise
Equilíbrio: Despesas, prevenção comparados com as despesas de resposta	por exemplo, 20% Prevenção / 80% Resposta Curativa	por exemplo, o orçamento é altamente reativo, concentrando-se em cuidados curativos dispendiosos em vez de prevenção proativa.
Privilegia intervenções de baixo custo e alto impacto? ex., agentes de saúde comunitários, vigilância, capacidade laboratorial)	por exemplo, apenas 5% do orçamento da PPPR é alocado para reforçar os programas dos agentes comunitários de saúde.	por exemplo, o governo está a investir pouco nos pilares fundamentais de um sistema de saúde pública forte.

Eficiência: As principais conclusões e classificação da eficiência

Resuma aqui as conclusões. Por exemplo: "O orçamento está estruturado de forma ineficiente, com um foco excessivo em medidas de resposta dispendiosas em detrimento de uma prevenção acessível e de elevado impacto. Uma mudança estratégica para o reforço da vigilância comunitária poderia gerar melhores resultados com menos recursos".

Na nossa avaliação, o orçamento da PPPR é/ é parcialmente / não é eficiente.

Classificação geral e prioridades de sensibilização

Critérios	Nível	Pontuação
Adequação	Adequado (3 pontos) Inadequado (0 pontos)	
Prioridade	É uma prioridade (3 pontos) Não é uma prioridade (0 pontos)	
Capital próprio	É justo (2 pontos) É parcialmente justo (1 ponto) Não é justo (0 pontos)	
Eficiência	É eficiente (2 pontos) É parcialmente eficiente (1 ponto) Não é eficiente (0 pontos)	
Pontuação total de 10		

A nossa análise do orçamento da PPPR revela que o que está orçamentado para a preparação para uma pandemia é insuficiente suficiente... **Utilize estas provas para construir um caso convincente para um investimento maior ou sustentado em PPPR e, se for relevante, para uma maior transparência e detalhe relativamente aos orçamentos da PPPR.**

Com base na matriz de pontuação acima, as nossas 3 principais prioridades de sensibilização são:

- **Exemplo:** Aumentar o orçamento total da PPPR para pelo menos 5% do orçamento nacional de saúde a fim de cumprir com os padrões de adequação.
- **Exemplo:** Realocar fundos de projetos de infraestruturas não essenciais para estabelecer linhas de orçamento dedicadas às populações vulneráveis.
- **Exemplo:** Rever o orçamento para investir mais em agentes de saúde comunitários e vigilância de doenças como medida de eficiência económica.

ANEXO 2

FERRAMENTA DE RASTREAMENTO DO ORÇAMENTO DA PPPR

(Anexado como um documento Excel separado)

ANEXO 3

EXEMPLO DE UM FORMULÁRIO DE RASTREAMENTO DE DESPESAS DA PPPR

Nome do monitor:

Nome da instalação:

Data da visita:

Exemplo 1: Existência de suprimentos de PPE

Qual foi o orçamento atribuído? Quantas máscaras cirúrgicas foram orçamentadas por mês?

O que foi observado/verificado (quantidade, qualidade, pontualidade)? Quantas máscaras estão atualmente em armazenamento? Quando foi a última entrega de máscaras e quantas foram entregues?

Exemplo 2: Sensibilização comunitária

Qual foi o orçamento atribuído? Alguma parte do orçamento foi destinada à divulgação junto da comunidade, como reuniões de sensibilização comunitária ou campanhas de apoio à vacinação?

O que foi observado/verificado (quantidade, qualidade, pontualidade)? Foram realizadas reuniões de sensibilização da comunidade? Foram distribuídos materiais? Existem cartazes ou panfletos disponíveis na unidade?

Exemplo 3: Serviços de transporte de emergência (ambulâncias)

Qual foi o orçamento atribuído? Qual foi o orçamento atribuído para o combustível destinado para ambulâncias?

O que foi observado/verificado (quantidade, qualidade, pontualidade)? O motorista da ambulância tem combustível suficiente para o transporte de emergências? Isto é consistente? Houve alguma lacuna nos últimos 3 meses para ter acesso ao combustível?

ANEXO 4

EXEMPLO

APENAS PARA FINS ILUSTRATIVOS – DE UM RESUMO DE POLÍTICA QUE APRESENTA UMA ANÁLISE DO ORÇAMENTO DA PPPR DA ÁFRICA DO SUL

A falta de financiamento é falta de preparação: uma análise do orçamento da PPPR da África do Sul

Este resumo de políticas apresenta uma análise do orçamento nacional para a Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR) na África do Sul. As nossas conclusões, baseadas numa extensa análise de orçamento e em dados gerados por monitorização liderada pela comunidade, revelam lacunas críticas de financiamento e lacunas entre os compromissos declarados pelo governo, com a segurança sanitária e as suas alocações financeiras reais. Verificámos que o orçamento da PPPR é, por exemplo, inadequado, injusto e alocado de forma ineficiente. Este resumo oferece provas destas falhas e oferece três recomendações concretas para reforçar o compromisso financeiro da África do Sul para a proteção da sua população contra futuras ameaças à saúde. Atualmente, a dotação total da PPPR é de X, o que representa apenas X % do orçamento total da saúde e X % da despesa total do governo. Este nível de financiamento é insuficiente para construir um sistema de saúde resiliente.

O défice de responsabilização perigoso

O orçamento de um governo é a expressão mais clara das suas prioridades. Embora a ameaça de pandemias seja bem compreendida, o financiamento para a PPPR na África do Sul continua a ser perigosamente insuficiente. A nossa investigação mostra que a PPPR não é linha de orçamento visível e específica, tornando quase impossível para os cidadãos e legisladores rastrearem as alocações e responsabilizarem o governo. Esta falta de transparência cria riscos significativos, deixando o nosso sistema de saúde vulnerável e as nossas comunidades desprotegidas.

Os principais resultados

A nossa análise do orçamento centrou-se na adequação, prioridade, Capital próprio e eficiência. Revelou várias questões críticas: Financiamento inadequado:

1. **A atribuição total de medicamentos** sujeitos a receita médica da PPPR equivale apenas a medicamentos sujeitos a receita médica por pessoa. Isto é insuficiente para financiar funções essenciais, como a vigilância de doenças e a formação de agentes de saúde comunitários.
2. **Redução de prioridades da PPPR:** O governo atribui, por exemplo, 10 vezes mais recursos as despesas militares/de defesa do que à PPPR. Isto demonstra que a PPPR não é uma prioridade política na África do Sul, apesar dos riscos significativos que possam surgir.
3. **Falta de consideração por populações específicas:** O orçamento carece de disposições específicas para populações vulneráveis. Não encontrámos financiamento específico para, por exemplo, comunidades de difícil acesso, pessoas com deficiência ou mulheres e crianças no planeamento de emergência, arriscando serem deixadas para trás numa crise.
4. **Despesas ineficientes:** O orçamento é fortemente direcionado para cuidados curativos e respostas dispendiosas, sendo que apenas X % dos fundos são atribuídos as atividades de prevenção e preparação de baixo custo com elevado impacto.

RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS

Para resolver estas deficiências críticas, instamos o governo e o parlamento a tomarem as seguintes medidas:

1. **Aumentar a transparência do financiamento da PPPR:**
   - Estabelecer uma linha de orçamento clara, consolidada e transparente para a PPPR dentro do orçamento nacional.
2. **Aumentar a adequação do financiamento da PPPR:**
   - Aumentar a dotação total da PPPR para um mínimo de, por exemplo, 5% do orçamento total da saúde para cumprir os padrões globais.
3. **Priorizar a PPPR:**
   - Realocar os fundos para despesas noutros setores para priorizar intervenções de baixo custo e alto impacto, como a vigilância comunitária e o reforço dos cuidados de saúde primários.
4. **Reforçar o Capital próprio:**
   - Introduzir dotações de orçamento específicas para as populações vulneráveis, garantindo que os planos de emergência sejam equitativos.

Conclusão

Investir na preparação para pandemias é um dos investimentos mais inteligentes que um governo pode fazer. A atual dotação de orçamento da África do Sul para a PPPR está aquém do necessário para proteger a população sul-africana. Ao implementar as recomendações deste resumo, o governo pode eliminar o fosso de responsabilização, construir um sistema de saúde mais resiliente e garantir um futuro mais seguro para todos.

Sobre:

Contacto:

ANEXO 5

EXEMPLO

APENASPARAFINSILUSTRATIVOS–DEUMCOMUNICADO DE IMPRENSA

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

Subfinanciamento crítico da preparação para pandemias no orçamento da África do Sul para 2026

O orçamento de 2026 deixa a África do Sul despreparada para futuras pandemias, alocando apenas [Inserir valor] por pessoa por ano. O orçamento total para a Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR) representa apenas X % da despesa total do governo. Além disso, em comparação com as despesas noutros sectores (mais significativamente, dê exemplos), o orçamento atribuído para a PPPR é pequeno.

A Aliança Africana analisou recentemente o orçamento da PPPR com base em quatro métricas principais: adequação, prioridade, Capital próprio e eficiência. O orçamento recebeu, por exemplo, uma nota negativa na questão de prioridade, pois por cada 1Rand atribuído para PPPR, o governo gasta 10 Rand em questões militares e de defesa. O relatório destaca ainda, por exemplo, a falta de Capital próprio, sem disposições de orçamento específicas para as comunidades vulneráveis, e os cortes nos serviços de saúde primários, que são a primeira linha de defesa para os pobres.

A Aliança Africana apela ao Parlamento e ao Ministério das Finanças para tomarem medidas urgentes por meio de:

1. Aumento do orçamento da PPPR para um mínimo de 5% do orçamento total da saúde.
2. Estabelecimento de uma linha de orçamento transparente e dedicada para a PPPR.
3. Garantir que os fundos sejam alocados equitativamente para proteger as comunidades mais vulneráveis.

O relatório completo e o relatório de orçamento da PPPR estão disponíveis aqui **www.africanalliance.org.za.**

Sobre: **Insira uma breve descrição de 2 a 3 frases sobre a sua organização e a sua missão.**

Contacto da mídia:

ANEXO 6

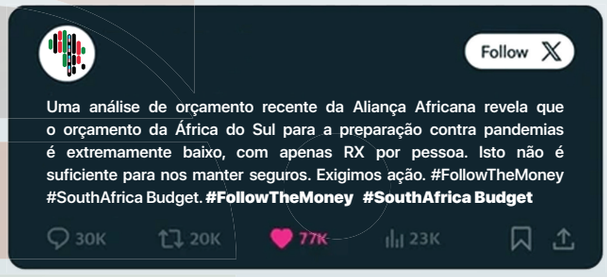
KIT DE REDES SOCIAIS

ORIENTAÇÃO GERAL:

- Tente sempre incluir um recurso visual (uma infografia, um gráfico ou uma foto que crie impacto).
- Utilize [hashtags] etiquetas relevantes para ampliar o seu alcance.
- Marque as partes interessadas relevantes: Ministério das Finanças, Ministério da Saúde, principal membro do parlamento e órgãos de comunicação social.
- Crie um link para entrar no seu relatório principal ou resumo de políticas.

Sugestões de hashtags: #FollowTheMoney #HealthSecurity #PPPR #Budget #SOuthAfricaBudget #Accountability

Publicações mais curtas, por exemplo, para o Twitter (X):





Publicações mais detalhadas, por exemplo, para o Facebook / Instagram / LinkedIn:

Eis o que descobrimos:

Inadequado: O orçamento apenas atribui RX por pessoa às prioridades da PPPR.

Desigual: Não existem linhas de orçamento específicas para proteger os grupos vulneráveis, como mulheres, crianças ou pessoas com deficiência, em caso de emergência. Não se trata apenas de números; trata-se da nossa saúde e segurança coletivas. Um orçamento é uma declaração de prioridades, e agora é o momento de tornar a segurança sanitária numa prioridade real.

Exortamos aos decisores políticos que ajam agora.

Leia o nosso relatório completo e veja o relatório de orçamento completo para perceber o que está em causa: **www.africanalliance.org.za**



#FollowTheMoney #HealthSecurity #PPPR #BudgetAccountability #SouthAfrica #PublicHealth

ANEXO 7

MODELO DE CARTA AO MEMBRO DO PARLAMENTO

Ilustre X

Membro do Parlamento para X

Necessidade urgente de aumento do investimento no orçamento nacional visando a preparação para pandemias

Caro ilustre X

Em nome da Aliança Africana, uma organização da sociedade civil dedicada a promover o Capital próprio em saúde e a responsabilização do governo, escrevo-lhe para partilhar as nossas conclusões críticas sobre o estado do financiamento para a Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR) no orçamento nacional e as suas implicações diretas para os residentes do nosso círculo eleitoral.

A nossa análise recente, detalhada no Resumo da Política em anexo, revela que a dotação nacional para PPPR é insuficiente. O governo orçou apenas 1 rand por cidadão para estas medidas que salvam vidas. Este subfinanciamento tem consequências tangíveis localmente. Para as unidades de saúde distritais que prestam cuidados, isto significa uma contínua falta de recursos essenciais, desde equipamento de proteção individual, a agentes de vigilância treinados, deixando as nossas comunidades vulneráveis à próxima ameaça à saúde pública.

Além disso, o nosso relatório destaca que, por cada 1 rand despesa em PPPR, o governo atribui 10 rand à sensibilização. Embora respeitemos a necessidade de segurança nacional, acreditamos que a segurança sanitária é uma componente igualmente vital para a proteção da nossa nação e do nosso povo.

Como representante eleito da nossa comunidade, a sua voz é essencial para garantir que a nossa saúde e segurança sejam priorizadas. Solicitamos respeitosamente que tome as seguintes medidas específicas:

1. Levantar uma questão formal no Parlamento sobre a adequação e transparência da atual dotação de orçamento da PPPR.
2. Solicitar que a Comissão Parlamentar sobre Saúde realize uma audiência sobre as nossas conclusões e convide as partes para depoimentos de representantes da sociedade civil e da comunidade.
3. Reunir-se com uma delegação da nossa organização e com os líderes comunitários no próximo mês para discutir estas conclusões com mais detalhe.

Acreditamos que, trabalhando em conjunto, podemos defender um orçamento que proteja verdadeiramente todos os cidadãos.

Obrigado pela sua atenção e pelo seu serviço à nossa comunidade.

Atenciosamente,

ANEXO 8

USEFUL RESOURCES

1. A **International Budget Partnership** é uma organização global que trabalha para promover uma gestão mais responsável, eficaz e equitativa dos recursos financeiros públicos. O seu sítio 'web' contém diversos recursos e materiais que podem ser úteis, bem como exemplos de resumos de políticas e estudos de caso que podem servir como pontos de referência úteis.

2. O **Malaria Budget Advocacy Framework** d[Quadro de sensibilização de orçamento para a Malária] desenvolvido pela Iniciativa para a Eliminação da Malária é um guia de cinco partes sobre como construir apoio político para aumentar e sustentar os investimentos nacionais no controlo e eliminação da malária..

3. UHC2030's **Budget Toolkit** [Kit orçamental] visa reforçar as capacidades das organizações da sociedade civil, dos meios de comunicação social e dos parlamentos para a defesa do orçamento da saúde..

4. O Global Financing Facility and the Clinton Health Access Initiative [Fundo de Financiamento Global e a Iniciativa Clinton para o Acesso à Saúde] elaboraram um guia sobre o guia de **Harmonization of Health Resource Tracking** em 2023. Este fornece orientações práticas para os governos e os seus parceiros técnicos na harmonização dos processos de rastreio dos recursos de saúde.

5. O guia de rastreamento **Civil Society Budget Monitoring** de monitoria do orçamento da Sociedade Civil] da Transparency International, centra-se nas ferramentas e estratégias que as OSC podem implementar para acompanhar o orçamento do governo.

6. O Grassroots Justice Network's **Citizens' Guide to Monitoring Government Expenditures** [Guia do cidadão para monitorizar as despesas governamentais] oferece uma visão geral dos processos de implementação do orçamento do governo e fornece ferramentas práticas e testadas que podem ser utilizadas pelas organizações da sociedade civil interessadas em monitorizar as despesas do governo.

7. O **Budget Monitoring and Tracking Tool** a[Opção de Ferramenta de monitorização e rastreamento de orçamentos] permite aos governos, cidadãos e organizações da sociedade civil gerar provas que podem ser utilizadas para informar a defesa e a tomada de decisões à medida que o governo define prioridades nos próximos ciclos de orçamento, incluindo a alocação, o desembolso e as despesas.

ANEXO 9

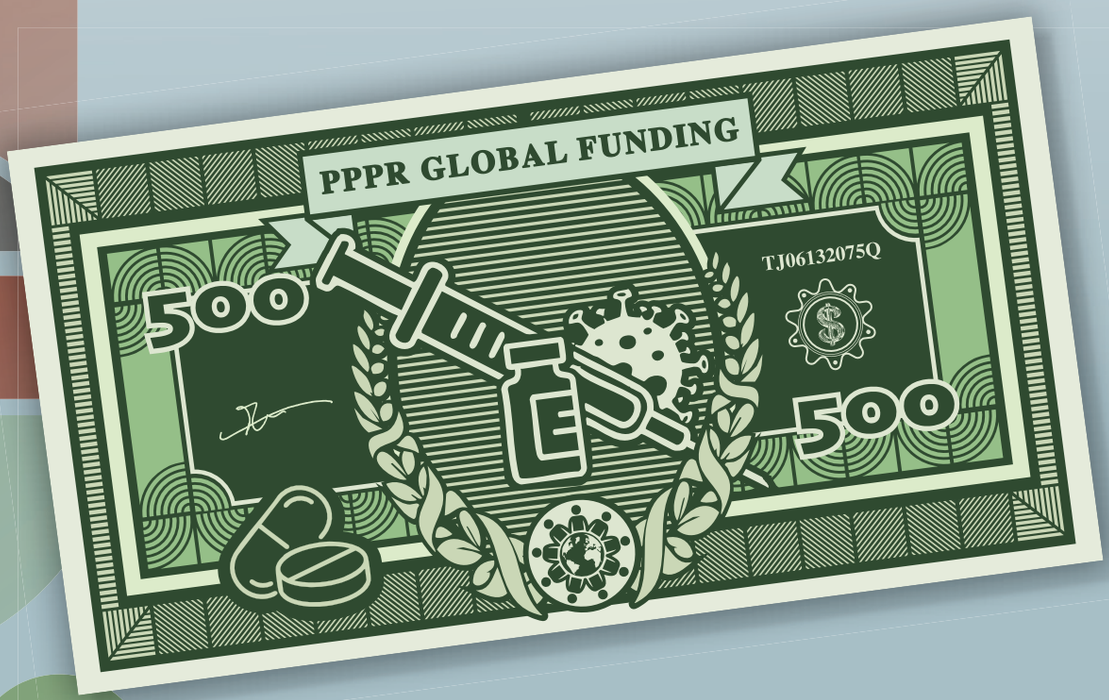
TERMOS E CONCEITOS-CHAVE

- **Transparência de orçamento:** o grau em que o orçamento de um governo é aberto e acessível ao público, permitindo aos cidadãos compreender como as receitas são geridas e como os fundos são despesas.
- **Orçamento Participativo:** um processo democrático onde os cidadãos estão diretamente envolvidos na decisão de como alocar uma parte do orçamento público.
- **Estudo Rastreio de Despesas Públicos (PETS):** uma ferramenta de diagnóstico utilizada para rastrear o fluxo de fundos públicos do governo central até aos prestadores de serviços da linha da frente (por exemplo, escolas, clínicas de saúde) para identificar ineficiências e desvios.
- **Orçamento baseado no desempenho:** uma abordagem de orçamento que liga as decisões de financiamento aos resultados esperados ou ao desempenho dos programas e serviços governamentais.
- **Despesas recorrentes:** custos regulares e contínuos necessários para a execução dos serviços governamentais, tais como salários, rendas e manutenção. São as despesas "do dia-a-dia".
- **Despesas de capital:** despesas em ativos que proporcionarão um benefício durante mais de um ano fiscal, tais como projetos de infraestruturas (estradas, pontes), edifícios e equipamentos.
- **Desembolso:** ato de libertar fundos do tesouro do governo para um ministério ou agência para pagar bens, serviços ou salários.
- **Transação:** transferência administrativa de fundos de um 'item' de linha ou de voto para outro dentro do orçamento de um ministério, geralmente exigindo aprovação.
- **Capacidade de Absorção:** capacidade de uma organização ou país para planear e executar projetos e programas de forma eficaz, e para gastar os fundos que lhes são atribuídos. A baixa capacidade de absorção significa que os fundos não estão a ser usados como planeado.
- **Financiamento fora do orçamento:** financiamento para programas ou projetos governamentais que não estão incluídos no orçamento oficial aprovado. Pode ser utilizado para fins como veículos para fins especiais ou parcerias público-privadas.
- **Auditoria:** um exame independente e sistemático dos registos e operações financeiras de um governo para garantir que os fundos foram usados segundo o que foi legalmente aprovado e de forma transparente.
- **Circular de pedido de orçamento (BCC):** uma diretiva emitida pelo Ministério das Finanças de um país a todos os ministérios e agências governamentais, fornecendo instruções e um calendário para a preparação das suas propostas de orçamento para o próximo ano fiscal.
- **Documento sobre as perspetivas de convocação de orçamento:** um documento que descreve as políticas económicas e fiscais gerais do governo, incluindo previsões de receitas e despesas, que servem de guia para a preparação do orçamento anual.
- **Teto orçamental:** os limites máximos de despesas ou dotações definidas para os ministérios e agências governamentais, geralmente comunicados através da Circular de Convocação de orçamento.
- **Proposta/Estimativas de orçamento:** os pedidos de financiamento detalhados para o próximo ano fiscal, feitos pelos ministérios, departamentos e agências governamentais (MDA). Estes são submetidos ao Ministério das Finanças para revisão e compilação no orçamento nacional.
- **Estrutura de Despesas a Médio Prazo (MTEF):** Uma ferramenta de planeamento contínuo de três a cinco anos que liga as metas políticas de um governo ao seu processo de orçamento, proporcionando uma base mais previsível e estável para o planeamento financeiro além de um único ano fiscal.

- **Votação/Item de Linha:** Uma alocação específica de fundos num orçamento para um fim distinto, como "Voto 123 para o Ministério da Saúde" ou um "'item' de linha" para "Salários e remunerações".
- **Orçamento Suplementar:** Um orçamento adicional submetido ao legislativo durante o ano fiscal para fornecer fundos extra para despesas imprevistas ou para ajustar as alterações nas condições económicas.
- **Orçamento:** Um plano detalhado para as receitas e despesas estimadas de um governo durante um período específico, geralmente um ano fiscal. É uma ferramenta fundamental para definir prioridades políticas e alocar recursos.
- **Ano fiscal (FY):** Período de 12 meses utilizado para efeitos financeiros e fiscais. Nem sempre coincide com o ano civil (1 de janeiro a 31 de dezembro).
- **Apropriação:** a autoridade legal concedida por um legislativo a uma agência governamental ou ministério para gastar uma quantia específica de dinheiro para um fim específico.
- **Despesas**: o montante total de dinheiro utilizado por um governo para prestar serviços públicos e desempenhar as suas funções.
- **Receitas:** o rendimento que um governo arrecada de diversas fontes, como impostos, e taxas de subsídios.
- **Défice:** Ocorre quando as despesas de um governo excedem as suas receitas num determinado período.
- **Excedentes:** o oposto de défice; ocorre quando a receita de um governo é superior às suas despesas.
- **Dívida Pública:** o montante total que um governo deve aos seus credores, tanto nacionais como estrangeiros. É a acumulação de défices de orçamento passados.

DE ORÇAMENTOS À AÇÃO:
UM CONJUNTO DE FERRAMENTAS DE MONITORIZAÇÃO LIDERADO

Pela Comunidade para o Financiamento da Prevenção,
Preparação e resposta a Pandemias (PPPR)



African Alliance
Altahaluf al'Afriqiu
التحالف الأفريقي

www.africanalliance.org.za